

PORTE PAGO
ECT - DR/SP
UNIDADE: Cidade de São Paulo
ISR - 40 - 3051/81

3 (90) novembro de 1989

D.O.

Leitura

Publicação Cultural da Imprensa Oficial do Estado S.A. — IMESP



Dedo de anjo e osso de defunto:

Os restos mortais na feitiçaria afro-luso-brasileira

Apresentando farta documentação, em parte inédita, o autor narra e analisa as práticas macabras da utilização de restos mortais, principalmente de crianças, em rituais de feitiçaria durante o período colonial de nossa história.

Luiz Mott

*Do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia
Ilustração Ionaldo Cavalcanti (capa)*

A gosto de 1989: Salvador e algumas grandes cidades brasileiras estão em pé de guerra. Motivo: a florescente e rica Igreja Universal do Reino de Deus organiza, em várias localidades, cultos, pregações em praças públicas e até passeatas, para denunciar horripilante barbaridade — “o Candomblé mata crianças para oferecer a Exu”. Ao som de ruído de trio elétrico, com faixas denunciando os sacrifícios humanos e excomungando os “adoradores do Diabo” das religiões afro-brasileiras, mais de quatro mil “crentes” dirigiram-se do Campo Grande à Praça Castro Alves, no centro da capital baiana, protestando contra tais rituais satânicos. A resposta da comunidade dos cultos afro-brasileiros não tardou: várias associações negras organizaram uma passeata de protesto contra a intolerância religiosa, percorrendo o mesmo trajeto, onde denunciavam, também do alto de um trio elétrico, as calúnias divulgadas pelas “seitas subvencionadas por grupos norte-americanos”, lembrando que na década passada, na Praia de Ipitanga, próxima a Salvador, um grupo de evangélicos foi preso pela polícia exatamente por ter sacrificado 8 crianças, que dizia estar com o demônio no corpo, episódio que ficou conhecido como “Caso Matota e Marata”⁽¹⁾.

Sacrifícios humanos fizeram parte integrante de inúmeras religiões antigas — inclusive do Judaísmo, conforme podemos ler no Gênesis, onde o próprio Javé pede ao Patriarca Abraão que imole seu filho primogênito, que é salvo no último instante por um anjo celestial⁽²⁾. No Novo Mundo, quer entre os nativos da Costa Oeste dos Estados Unidos, quer nas civilizações astecas e incaicas, os sacrifícios humanos faziam parte crucial dos ritos propiciatórios, e mesmo a antropofagia dos índios brasileiros pode ser interpretada como um ritual para-religioso, posto implicarem complexa concepção simbólica relativamente à força e valentia dos inimigos que “comunhões” passavam a fazer parte integrante dos comensais.

Consultando abundante e inédita documentação relativa aos brasileiros e colonos no Brasil, denunciados à Inquisição de Lisboa, pela prática de feitiçarias, não encontramos nenhuma vez sequer a notícia de sacrifícios humanos como ritual propiciatório, num período onde a violência dos senhores contra os escravos e dos brancos contra os índios era protegida por lei, registrando a história casos de cativos que foram açoitados até à morte⁽³⁾, onde a infância era tão pouco respeitada e estimada que em meados do século XIX a Câmara Municipal de Salvador se

via obrigada a prever altas multas às mães que abandonassem seus filhinhos recém-nascidos nas encruzilhadas das estradas — como explicar a inexistência então de registros de infanticídios rituais, vindo em os mesmos a ocorrer somente em nossos dias, quando tais atos provocariam violenta reação popular e policial?

Se a documentação histórica do século XVI ao XIX não registra nenhum episódio de sacrifício ritual de crianças no Brasil, por outro lado encontramos na Torre do Tombo uma dezena de denúncias contra “feiteiros” e “calundzeiros”, de ambos os sexos, que utilizariam em seus “patuás” ou “malefícios” diferentes tipos de restos mortais de seres humanos, ou, então, objetos funerários subtraídos de sepulturas ou cemitérios. É portanto sobre tais práticas macabras que nos ocuparemos aqui, mostrando com evidências históricas inquestionáveis que não fazia parte da tradição ritual afro-brasileira sacrificar crianças ou adultos como parte de seus rituais, e que mesmo a utilização de restos mortais de seres humanos não se trata de “barbarismo” de origem africana, mas procede de antigas tradições europeias divulgadas no Novo Mundo pelos colonizadores brancos.

Num auto de fé realizado pela Inquisição de Logroño, Espanha, no ano do Senhor de 1610, de 53 penitências, 18 eram feiteiros, e na relação das coisas e maldades que declararam ter cometido na Seita dos Bruxos informaram que o diabolista Miguel de Goyburn e algumas bruxas mais velhas costumavam fazer ao Demônio uma oferenda que lhe era muito grata: “para isso, iam à noite às igrejas e desenterravam os corpos dos defuntos que já estavam gastos, e deles tiravam os ossos das articulações dos pés, as cartilagens dos narizes e todos aqueles ossinhos que existem ao redor e os miolos hediondos, e estas partes dos corpos dos defuntos recolhiam-nas em cestos e ofereciam ao Diabo, adorando-o de joelhos. E o Demônio mostrava-se muito contente, estendendo a mão comia os ossos e os miolos e repartia-os entre os bruxos presentes...”⁽⁴⁾.

Pelo visto, não era apenas Lúifer e os demônios que encontravam nos ossos dos falecidos força e inspiração para seus rituais. A utilização sobretudo de caveiras humanas como elemento místico — ou decorativo — está associada à vida de inúmeros santos e santas do hagiologia católico medieval: diversas estampas de São Jerônimo, São Francisco de Assis,

Santa Catarina de Sena, Santa Margarida de Cortona, Santa Maria Madalena, entre inúmeros outros beatos, sempre mostram uma caveirinha, quer na mão, quer nos pés, quer por sobre a mesa, ao lado desses santos. No Brasil Colonial, repetindo tradição europeia, diversos foram os oradores sacros que carregavam sempre, no púlpito, uma caveira humana, ficando célebre na Bahia um episódio ocorrido na Igreja do Mosteiro de São Bento, em que o pregador, irritado com a desatenção dos fiéis às suas práticas, jogou do púlpito a dita caveira, que milagrosamente foi cair direitinho no colo de duas raparigas conhecidas por seus maus costumes.

Mais comuns na América Espanhola, embora também existentes no Brasil, foram as “capelas dos ossos”, geralmente nas criptas ou cemitérios dentro das igrejas das ordens terceiras, cuja decoração das paredes era feita com os crânios e fêmures dos irmãos falecidos, que depois de raspados dos restos de carne eram empilhados artisticamente. Via de regra, todo convento, recolhimento e mosteiro tinha sempre à vista dos religiosos e religiosas um ou mais crânios, servindo como lembrança constante da efemeridade da vida terrena e da certeza da morte, muitas vezes estando gravada, quer nas paredes conventuais, quer nas entradas dos necrotérios, a lembrança: “memento homo quia pulvis es et in pulvere reverteris”. Nos conventos carmelitas a caveira ficava em cima da mesa do refeitório bem ao lado do prato da priora: “Memento mori!” — (Lembrai-vos da morte!).

Outro episódio registrado na história sacra da Bahia Colonial revela o quanto os ossos humanos foram utilizados pela mística católica nos tempos coloniais: a maior “santa” baiana, soror Vitória da Encarnação, a mais famosa e virtuosa religiosa do Convento do Desterro, nascida em 1661, dentre as muitas penitências que costumava praticar, além de passar noites inteiras por sobre os túmulos do claustro de seu mosteiro, rezando, chorando aos soluços e conversando longamente com as almas, certa vez desenterrara da tumba a canela de um defunto e, com esse osso na boca, percorreu o claustro em procissão numa sexta-feira santa: a canela ainda estava fétida e asquerosa, impregnando fortemente a boca e o rosto da pobre religiosa, que ficou salvando durante oito dias sem parar devido ao fedor⁽⁵⁾.

Foi contudo nos rituais cabalísticos e de feitiçaria onde encontramos maiores referências sobre a utilização de restos mortais no Brasil antigo. Nossos exemplos, en-

contrados nos arquivos inquisitoriais, referem-se sobretudo à Capitania de Minas Gerais, e revelam-nos detalhes destas práticas macabras que vão desde sua obtenção clandestina nas sepulturas dentro dos templos até sua manipulação com outros elementos cabalísticos na composição dos recheios das famigeradas “bolsas de mandinga” e “patuás”, tão comuns na piedade popular de antanho, e que por sua causa inúmeros brasileiros tiveram seus nomes denunciados junto ao Tribunal do Santo Ofício, alguns inclusive sendo presos e remetidos para Lisboa exatamente pela culpa de sua utilização.

Em 1760, chegava a denúncia à Inquisição de que na vila de Itaúba, Minas Gerais, a negra Angela Maria Gomes, da nação Couraça, forra, enfadada de ser “mestre feiteira”, foi surpreendida com outras mulheres “desenterrando um defunto no adro da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem”, utilizando, além dos restos mortais, morcego e bode, na confecção de seus feitiços, reunindo muita gente em sua casa, para os batiques que se realizavam todas as terças e sextas-feiras, religiosamente⁽⁶⁾.

Desenterrar os restos mortais de defuntos era um dos expedientes que os “calundzeiros” lançavam mão, para obter a matéria-prima de seus malefícios. Outros obtinham-na de procedência diversa: o escravo José Francisco Pereira, 25 anos, natural de Costa de Judá, disse que foi em Pernambuco que o feiteiro Zamita lhe “fez a cabeça”, e que para a confecção de patuás usava sempre pedacinhos da mão de uma criança, que encontrara morta dentro de uma panela, numa praia deserta, deixando-a então secar ao sol e dela extrair as miúdas para compor suas bolsas de mandinga⁽⁷⁾. Por sua vez, a mulher (branca) de Cristóvão Ferreira Freire, tendeiro de molhados na Capitania da Paraíba, 1768, conseguiu em sua própria casa o material humano necessário para seus feitiços: ao aboritar uma sua escrava, “rasgara o ventre da criança morta e lhe tirara as tripas para as secar e fazer malefícios”⁽⁸⁾. Se contou ou não com o beneplácito da dita negra, a documentação não informa. Curioso ter conservado tão-somente as tripas do negrinho, pois outras pessoas foram acusadas de usar o corpo inteiro para suas mandingas: Rosa Egípcaca, então escrava da progenitora do literato Frei Santa Rita Durão, antes de tornar-se a fundadora do Recolhimento do Parto no Rio de Janeiro, foi acusada pelo Padre Vicente Ferreira de “ser fina feiteira e por isto viera corrida das Minas Gerais, por se lhe ter achado o corpo seco de

uma criança”⁽⁹⁾. Outras feiteiras são acusadas na mesma Capitania de possuírem escondido corpo inteiro de crianças: Florência do Bonussuco “tem uma criança mirrada da qual tira carne seca e reduz a pó para com ela fazer suas feitiçarias”⁽¹⁰⁾, e o negro Mateus, “que trazia consigo uma criança mirrada que tinha embrusado metida em um surrão”⁽¹¹⁾.

Não são as tripas e mãozinhas de crianças eram consideradas matéria prima valiosa na elaboração de bruxarias: na Fazenda de Tabacos, na freguesia de São Filipe, no Recôncavo baiano, a preta Tereza, “tida, havida, reputada e temida por feiteira”, foi acusada de ter provocado, através de suas maldades, a morte de um crioulinho de 15 dias — e como prova de sua maldade, atestaram os denunciante ter encontrado debaixo da cama da feiteira o umbigo seco e o cinto do infeliz “anjinho”, embora mesmo sendo torturada a temida feiteira negasse qualquer interferência na dita morte⁽¹²⁾. Aliás, como muito bem lembra Laura de Mello e Souza, citando diversos autores e documentos também localizados na Torre do Tombo, “na Europa, uma das crenças mais generalizadas, no que dizia respeito às bruxas, era sua atuação como assassinas de crianças”⁽¹³⁾, o que reforça nossa afirmação inicial de que algumas cerimônias macabras e preconcebidas contra supostas feiteiras têm origem “branca” e não “negra”, embora também as gentes de cor tivessem adotado não apenas a religião como também as superstições e práticas diabólicas dos donos do poder.

Obtidos os restos mortais, seja de adultos, seja de “anjinhos”, sua utilização variava de acordo com a crença do freguês. No Rio de Janeiro, em 1783, Luíza Maria Angélica, parda, solteira, tida como meretriz, dançarina e representante de teatro público — currículo dos mais invejáveis, convenhamos! — era vista em noites de lua de trás da rua de São José, onde morava, com duas caveiras na mão, enquanto fazia suas orações⁽¹⁴⁾. Freiras, frades e confrades das ordens terceiras também usavam caveiras, à imitação dos santos, para criar clima favorável às suas meditações e preces; uma meretriz dançarina, com duas caveiras na mão, altas horas da noite, sugeria mais uma orgia cadavérica do que exercício espiritual, daí ser denunciada como suspeita de pacto diabólico. A mesma suspeita recaiu sobre outra mulher parda, Feliciano de Oliveira, moradora no Bispado de Mariana, que em 1775 é acusada de todas as sextas-feiras ter o costume de atar sua escrava crioula Mariana com uma fita verde, desenhando uma cruz no chão da varanda,



introduzindo dois ossos de defunto na boca da dita escarva, mandando-a pôr o pé por sobre a cruz enquanto recitava as seguintes palavras malsontas: 'Joachim, Joaquim, largue sua mulher e filhos por mim...' (15). Novamente aqui, embora o gesto seja o mesmo da maior santa baiana, soror Vitória da Encarnação, o ritual e os objetivos são notoriamente opostos, e destinados a fins profanos, senão demoníacos, quando menos supersticiosos.

Na mesma Mariana, 1774, outra parda, Albina Maria, diz que sua senhora, Josefa Maria Soares, tinha guardado em casa duas caveiras: uma enterrada na porta de sua moradia, para proteger a família e afastar os maus agouros, e outra conservada escondida dentro de casa, da qual retirava de quando em quando alguns ossinhos, que triturados até tornarem-se pó, eram depois misturados às comidas daqueles a quem desejava enfeitiçar, seja para conseguir-lhes o amor, serviços sexuais ou causar-lhes malefícios (16).

No mesmo Bispado, na vila de São Miguel, no ano de 1782, é a vez de serem denunciados os muros Joaquim e Clemência, escravos, aos quais se atribuía a feitura de feitiços com saliva, cabelo, unhas e outras substâncias cabalísticas, "temperando-os com pós, unhas e carnes de defuntos que iam tirar nas sepulturas das igrejas, e metiam aqueles feitiços na casca de um caramujo, e quando queriam que a pessoa padecesse, mudavam os caramujos de um lugar para o outro", espantando-os com alfinetes e agulhas, para atingir com igual dor a seus inimigos (17).

Até agora tais exemplos, com exceção da senhora branca de Mariana, utilizaram-se de restos mortais quer como parafarmácia de ritos mágicos, quer como reforço em poções mágicas, sempre exteriores porém aos agentes ou vítimas. Te-

mos evidências, contudo, da utilização de partes cadavéricas como ingrediente de certos malefícios que se destinavam a penetrar no corpo da pessoa a quem se pretendia atingir: na vila de Santos, Capitania de São Paulo, 1776, o negro Filipe, escravo possuído pelo Demônio, só se acalmava de suas diabruras quando o exorcista aplicava-lhe os preceitos do *Ritual Romano*, sendo acusado junto ao comissário do Santo Ofício de sua freguesia de ter usado dente de jacaré e pó de defunto na preparação de uma poção que dera a seu senhor, provocando-lhe insuportáveis dores nas cadeiras e barriga — cuja finalidade, segundo depois confessou o energúmeno, era secar as tripas do enfeitiçado. Ao revistarem uma bolsa do cativo, nela encontraram um dedo de criança, unhas e um osso de defunto (18).

Também dentro de um saquinho de pano do preto forro Matias Gonçalves Guizando, alfaiate morador em Recife, preso nas cadeias da Câmara local em 1806 — nos extorres da existência do "Terrível Tribunal" da Inquisição — encontraram-se, além de cinco orações proibidas e vários desenhos representando diabos e símbolos cabalísticos, nada menos que dez pedacinhos de ossos de um crânio humano, destinados a compor os malefícios que costumeiramente lhe encomendavam que fizesse (19).

Crânios, ossos, sobretudo mãos e dedos de crianças, eram os restos mortais mais valorizados por quantos acreditavam no poder das bruxarias e malefícios. Valoração importada também esta da Europa: conforme ensinou nosso já conhecido bruxo espanhol de Logronho, quando sua seita ia desenterrar os mortos no escuro das igrejas, "a luz que levam é uma acha feita do braço esquerdo inteiro de uma criança que tenha morrido sem ter sido batizada e

acendem-no pela parte dos dedos, e dá luz como se fora uma tocha". Essa curiosa superstição, segundo ensina Michael Kunze, teve ampla divulgação por toda Europa, notadamente na Baviera, onde encontrou a crença da "vela de ladrão", isto é, a utilização de dedinhos de crianças, de preferência pagã, quer como ingrediente nas bruxarias, quer como tocha de iluminação. Segundo este autor, tais práticas seriam oriundas ainda dos tempos do paganismo (20).

Alguns dos feitiçeiros e calunduzeiros do Brasil colonial aqui já citados referiram-se à utilização de mãos ou dedos de criança como ingrediente principal de seus malefícios. Por que a fixação particular nestas partes, não encontramos explicação. Talvez pela facilidade em sua remoção do corpo, quer ao ser sepultado, quer quando desenterrado furtivamente no adro das igrejas, ou no campo santo. Lembremo-nos aqui da extração piedosa de uma relíquia do mais venerado santinho do Rio de Janeiro, falecido em 1747, Frei Fabiano de Cristo, franciscano do Convento de Santo Antonio, no alto do Largo da Carioca. Numerosa turba ocorreu a dar o último adeus ao santo fradinho, e não satisfeitos os fiéis em cortar pedaços de seu hábito, cordão, fios de cabelo, um devoto mais afoito e sequioso de relíquia mais substantiva cortou um dedo do pé de Frei Fabiano, proeza realizada sem que frade algum do velório tivesse prestado atenção (21).

Hoje em dia, ao menos na Bahia, permanece entre a população a crença de que dedo de anjinho constitui elemento privilegiado para dar sorte e fortuna a quantos dele se utilizem. Entrevistando algumas pessoas, entre negres e brancos de diferentes classes sociais e variegada idade, todos confirmaram a informação de que o povo diz que "dedo de anjo dá sorte", sobretudo na venda de acarajés.

Suspeitam muitos que as baianas que têm seus tabuleiros muito frequentados por numerosa clientela ou usaram um dedinho de criança para mexer suas panelas de quitutes, ou tem-no escondido debaixo da toalha, num canto oculto do tabuleiro. Contaram-me ainda que na cidade de Amargosa, no agreste baiano, há anos atrás, num corredor "caruru" oferecido por tradicional terreiro de Candomblé, um comensal encontrou dentro de seu prato nada mais nada menos que um dedinho de criança — se branco ou preto, não me souberam dizer. Em nenhum destes episódios, contudo, nem a leve suspeita que tais crianças tenham sido sacrificadas ritualmente, para daí extrair-lhes mão, tripas ou o dedinho: já eram cadáveres quando amputaram-lhes essas partes.

Concluímos este relato macabro referindo outro costume encontrado no Brasil antigo, praticado por brancos, negros e mestiços, relacionado não à utilização de restos mortais, mas de objetos fúnebres, como ingredientes para sortilégios ou malefícios. Também estes certamente têm sua inspiração em feitiçarias medievais oriundas do Velho Mundo, tanto que no famoso *Grande e Verdadeiro Livro de São Cipriano* estão arroladas algumas mágicas e bruxarias desse teor. Por exemplo, "A feitiçaria que se faz com cinco pregos tirados de um caixão de defunto quando já tenha saído da sepultura", ou "Feitiçaria que se pode fazer com malvas colhidas no cemitério ou no adro de uma igreja", ou ainda "A mágica da agulha passada três vezes por um defunto" (22). Nos arquivos inquisitoriais alguns feitiçeiros foram denunciados por sortilégios semelhantes: o já citado mandingueiro José Francisco Pereira, nativo da Costa da Mina, além de confessar diversas e multiformes cópulas com Satanás, seja na figura de formosa manceba, seja de fogo de fôrma, disse que tinha o costume de usar agulha de coser mortalha de defunto para "costurar" a pele da palma da mão ou a sola dos pés de quantos o procuravam com o intuito de gozarem boa sorte nos jogos de azar. Certamente deve ter aprendido tal "simpatia" nas Minas Gerais, pois pelo visto era generalizada a crença dos poderes de tais agulhas. A crioula forra Maria Caetana de Oliveira revelou que o branco Manuel Afonso Galvão, de Mariana, lhe ensinara que não havia remédio mais eficaz para manter seu homem preso a si do que pregar uma linha em sua roupa, costurada com agulha que tivesse amortalhado um defunto (23). Crença espalhada por todo território colonial, e documentada desde o século XVII, tanto que em Porto Calvo, Capitania de Pernambuco, o pardo Antônio de Escócia fora preso, em 1682, exatamente por ter entre seus pertences, além de orações proibidas e uma lasquinha de pedra dura, também "uma agulha que amortalhou defuntos" (24). Perguntando eu à minha velha empregada, Carlita Chaves, neta de africanos, moradora no Bogum (onde está o famoso "vodum" Gêge), o que sabia sobre tais crenças, disse que de fato, nos tempos de sua avó, quando iam fazer a mortalha para algum defunto, costumavam-na com agulha virgem, a qual era depois muito bem guardada "para remédios de muita serventia".

Ainda outro episódio envolvendo condutas heterodoxas em matéria de devoção foi registrado em Serinham, Pernambuco, em 1762: a acusada é uma preta forra, Tereza de Barros, que foi vista recitando rezas proibidas vestida

em trajes de defunto, rodeada de muitas velas acesas (25).

Tais são as evidências documentais descobertas notadamente na Torre do Tombo de Lisboa, que nos ensinam sobre a utilização de restos mortais em diferentes sortes de "feitiçarias" no Brasil antigo. Que sirvam de alibi contra os que caluniosa e preconceituosamente acusam as religiões afro-brasileiras de praticarem sacrifícios de crianças. Se porventura hodiernamente comprovar-se que tal ou qual seita religiosa sacrificou seres humanos para seus rituais, tais episódios devem merecer nossa mais completa repulsa e serem alvo de rigorosa investigação policial, seja praticada por cristãos, candomblezeiros ou quaisquer outras denominações. Relativamente ao "culto do macabro" (26), não há como negar sua origem "branca", resquício dos tempos medievais: de um lado, a vertente abençoada, representada pelo culto às relíquias dos santos, do outro, a feitiçaria, tendo como matéria-prima restos mortais humanos manipulados com fins mágicos, malefícios ou benéficos, mas considerados heterodoxos pelos herdeiros do Santo Ofício.

Notas e Bibliografia

- 1 — "Olodum acusa Pastor de ser novo Jim Jones", *A Tarde* (Salvador), 19-8-1989.
- 2 — Gênesis, Cap. 22.
- 3 — Mott, Luiz, *A Inquisição em Sergipe*, Aracaju, Fundesc, 1989.
- 4 — *Feitiçarias, Profetas e Visionários*. Seleção de Yvonne Cunha Regis. Lisboa, Imprensa Nacional, 1981, 48-49.
- 5 — Jabotão, Frei Antonio de Santa Maria, *Novo Orbe Serrado Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tipografia Brasileira, 1859-705.
- 6 — Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, Caderno do Promotor nº 125, fl. 170v. (Doracarte abreviada: ANTT, II, Caderno do Promotor nº 125, fl. 170v).
- 7 — Mott, Luiz, "A Vida mística e erótica do escravo José Francisco Pereira, 1705-1736", *Revista Tempo Brasileiro*, vol. 92/93, Janeiro/Junho 1988:83-104.
- 8 — Mott, Luiz, "A Inquisição na Paraíba" (no prelo), *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*.
- 9 — Mott, Luiz, "Uma santa africana na Brasil Colonial", *D.O. Letura*, S. Paulo, nº 6, 62, Julho 1981:4.
- 10 — Luna, Francisco Vidal, "A vida quotidiana em julgamento: Devassas em Minas Gerais", in *Minas Colonial: Economia e Sociedade*, São Paulo, FFE-Flórcia, 1982:83.
- 11 — Souza, Laura de Melo, *O Diabo na Terra de Santa Cruz*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986:204.
- 12 — ANTT, II, Caderno do Promotor nº 129, Bahia, 1778.
- 13 — Souza, *op.cit.*, 201.
- 14 — ANTT, II, Caderno do Promotor nº 130, Rio de Janeiro, 1783.
- 15 — ANTT, II, Caderno do Promotor nº 129, Mariana, 1775.
- 16 — ANTT, II, Caderno do Promotor nº 129, Mariana, 1774.
- 17 — ANTT, II, Caderno do Promotor nº 130, São Miguel, 1782.
- 18 — ANTT, II, Caderno do Promotor nº 129, Santos, 1776.
- 19 — ANTT, II, Processo nº 14.649. Reprodução fotográfica dos desenhos deste mandingueiro foi publicada na revista *Religião e Sociedade* (RJ), nº 12, 1985.
- 20 — Kunze, Michael, *A Caminho da Fogueira*. Rio de Janeiro, Editora Campos, 1989:179-182. Agradeço a indicação desta referência à ilustre folclorista e amiga Zita Tavares de Lima.
- 21 — Fazenda, José Vieira, "Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 143, 1921.
- 22 — *O Grande e Verdadeiro Livro de S. Cipriano*, s.a. Rio de Janeiro, Ed. Científica, s.d.
- 23 — ANTT, II, Caderno do Promotor nº 130, Mariana, 1770.
- 24 — ANTT, II, Caderno do Promotor nº 58, Porto Calvo, 1682.
- 25 — ANTT, II, Caderno do Promotor nº 126, Serinham, 1762.
- 26 — Campos, Adalgisa Arantes, "A presença do macabro na cultura barroca", *Revista do Departamento de História*, nº 5, Dezembro 1987:83-90.

Luiz Mott é professor de Antropologia na Universidade Federal da Bahia e autor de *O Leitanismo no Brasil* (1987), *Escravidão, Homossexualidade e Demagogia* (1988) e *O Saco Proibido* (1988). Endereço do autor para correspondência: Rua Teodoro Sampaio, 87 — 40115 — Salvador — BA.

Os dicionários de Língua Portuguesa

Com o objetivo de estimular os estudos e análises dos nossos dicionários e lembrando que ainda não existe uma história da lexicografia luso-brasileira, este artigo faz considerações sobre 36 diferentes dicionários da Língua Portuguesa no Brasil.

John Robert Schmitz

Do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP — Universidade Estadual de Campinas

Este trabalho tem por finalidade de tecer comentários sobre alguns dicionários de língua portuguesa, instrumentais essenciais para todos os indivíduos, ora estudantes nos estabelecimentos de ensino, ora profissionais nos escritórios e gabinetes, ora trabalhadores nas fábricas e nos sindicatos, ora o cidadão comum no serviço e no lar. Este trabalho serve também como apelo para o estudo, análise e divulgação dos vários tipos de dicionários de português publicados e também para a elaboração de ainda outros dicionários, pois a confecção de dicionários reflete, a nosso ver, uma valorização da língua e da cultura de um determinado povo. Quanto mais uma determinada sociedade se empenha na preparação de diferentes tipos de dicionários, mais aquela sociedade aprecia o seu idioma, seu povo e sua cultura.

O número de dicionários existentes é impressionante. Por um lado, há o dicionário-padrão, obra que serve o consultante geral e, por outro lado, há uma gama de dicionários especializados, isto é, dicionários voltados para um determinado tema ou assunto, tais como o dicionário de sinônimos e antônimos, o dicionário de gírias, o dicionário de regionalismos, ou, ainda, o dicionário de citações.

Até recentemente, poucos indivíduos se dedicaram ao estudo e à análise dos dicionários. Cabe mencionar os trabalhos pioneiros neste campo, de autoria de Biderman⁽¹⁾ e também de Barbosa⁽²⁾ e Alves⁽³⁾, pesquisadoras essas que estão contribuindo muito para o desenvolvimento de uma lexicografia⁽⁴⁾ luso-brasileira.

Impressão, realmente, o número de dicionários existentes com a variedade de títulos, assuntos e riqueza de conteúdos. Limitações de espaço exigem, portanto, uma seleção, por nossa parte, de alguns dicionários de cada tipo, sobre os quais teremos comentários.

Pretendemos dividir este trabalho em três partes. Na primeira, faremos comentários sobre alguns dos principais dicionários-padrão da língua portuguesa; na segunda, faremos uma apresentação de alguns dos diferentes tipos de dicionários especializados existentes; na terceira, teremos comentários a respeito do campo da lexicografia, especificamente, a luso-brasileira.

Os dicionários-padrão

A lexicografia luso-brasileira é bastante rica no que diz respeito às obras de referência, tais como: o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*⁽⁵⁾, o *Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa*⁽⁶⁾, o *Dicionário Ilustrado da*

Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras⁽⁷⁾, dicionário esse que tem um prefácio de autoria de Josué Montello intitulado "Os Caminhos do Dicionário da Academia Brasileira de Letras". A publicação em 1975 do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*⁽⁸⁾, conhecido como o "Aurélio", é uma marca na lexicografia luso-brasileira, pois o ilustre lexicógrafo, Aurélio Buarque de Holanda, fez várias inovações no referido dicionário:

a. orações-modelo extraídas das obras de autores brasileiros e portugueses, especialmente autores contemporâneos;
b. inclusão de expressões gíricas;
c. ampliação de comentários relativos à etimologia das palavras;
d. uma atualização do léxico da língua portuguesa.

Cumpre destacar nesse dicionário o trabalho das equipes especiais que contribuíram para o aumento do número de vocábulos nele contido. Responsáveis pelo enriquecimento léxico do "Aurélio", os integrantes das diferentes equipes introduziram termos de campos tão diversos como caçoeira, equitação e hipologia, turfe, propaganda, promoção de vendas, zoologia, medicina e anatomia.

A segunda edição do referido dicionário, publicada em 1986, marca a preocupação por parte do dicionarista com a atualização da própria língua portuguesa, idioma que continua em plena expansão acompanhando o desenvolvimento tecnológico e cultural internacional deste fim de século. Urge continuar o grande trabalho de Aurélio Buarque de Holanda com a preparação de uma nova edição, atualizada, com a inclusão de orações-modelo de autores desta década, e aprofundada com a inclusão de ainda mais dados etimológicos a fim de fornecer ao consultante a oportunidade para um enriquecimento lingüístico maior⁽⁹⁾. Poder-se-ia também cogitar a inclusão de notas gramaticais, dados esses que caracterizam dicionários-padrão das línguas inglesa, alemã e francesa.

Os dicionários especializados

Entre os vários dicionários especializados cotejados neste trabalho, iniciaremos a nossa apresentação com algumas observações sobre o dicionário histórico-etimológico. Um clássico entre este tipo de obra de referência é o *Dicionário da Língua Portuguesa* (especialmente dos Períodos Medieval e Clássico)⁽¹⁰⁾. Atenção especial é dada ao estudo de prefixação em português na língua antiga com comparações com a língua moderna.

Outro trabalho na área de etimologia é o *Dicionário Etimológico Nova Fronteira*⁽¹¹⁾, que traz algumas inovações, tais como a utilização de flechas (atazanar — tenaz, atarraxar — tarrazar), que servem para remeter o consultante às bases (ou raízes) das palavras. Outro dicionário etimológico do mesmo autor é o *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*⁽¹²⁾, onde se têm arrolados os vocábulos de origem tupi que tanto enriqueceram a língua portuguesa. Um exemplo é o comentário feito a respeito da palavra *tamanduá* (p. 275): "O aspecto exótico do tamanduá e o seu hábito de se alimentar de formigas causaram grande admiração nos primeiros cronistas do Brasil...".

Ainda outro tipo de dicionário etimológico que pode contribuir para satisfazer a curiosidade de muitos leitores é o *Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes*⁽¹³⁾, onde um consultante interessado depreende que o sobrenome Teixeira se refere ao "lugar onde há teixos (árvore conífera)".

Outra classe de dicionário especializado é o de regionalismos. Há um número muito grande deste tipo de dicionário, algumas obras raras e nem sempre encontradas nas bibliotecas mais completas. Três exemplos desta modalidade são: o *Dicionário do Brasil Central: Subsídios à Filologia, Linguagem, Usos e Costumes, Folclore e Toponímia dos Municípios Goianos*⁽¹⁴⁾, *Vocabulário Amazônico*⁽¹⁵⁾ e *Populário Sul Rio-Grandense*⁽¹⁶⁾.

Um problema sério com este tipo de dicionário é o fato de que, em certos casos, determinadas palavras arroladas e supostamente peculiares a uma determinada região também se encontram arroladas com o mesmo significado em outro dicionário dedicado a uma região completamente diferente.

Um exemplo é a inclusão da expressão *bate-boca*, "disputa acalorada, descompostura", no *Vocabulário Amazônico* expressão essa nada limitada à Amazônia. Em outro dicionário desta região, *O Meu Dicionário de Cuscas da Amazônia*⁽¹⁷⁾, se tem o vocábulo *azucinar*, que acusa o significado de "importunar, atormentar"; todavia, o dicionário referente ao Brasil Central, especificamente Goiás, acima mencionado, também registra *azucinar* com o mesmo significado, isto é, "apouquear, irritar, fazer barulho irritante". O dicionário dedicado ao português usado no Estado do Rio Grande do Sul, um empreendimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é uma obra preciosa por reunir informações pertinentes à cultura gaúcha, tais como a cozinha

rio-grandense, a fauna e a flora, as locuções e as expressões da região e provérbios. O referido dicionário, da autoria de Apolinário Porto Alegre, apresenta também dados etimológicos sobre a língua portuguesa.

Outro tipo de obra especializada é o *Dicionário de Afíxos e Derivações*⁽¹⁸⁾, um verdadeiro clássico na lexicografia brasileira, trabalho pioneiro na área de morfologia do português. Outra mais recente nesta categoria é o monumental *Dicionário Morfológico da Língua Portuguesa*⁽¹⁹⁾, em cinco tomos, onde se tem uma descrição dos sufixos e prefixos junto com as porcentagens de sua distribuição nos diferentes termos do discurso.

Quanto ao estudo de sinônimos e antônimos, a lexicografia brasileira acusa o *Dicionário de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa*⁽²⁰⁾ e o *Dicionário de Sinônimos*⁽²¹⁾. Este tipo de dicionário facilita um enriquecimento idiomático para o consultante; também estes dicionários são essenciais para qualquer escritor na busca da palavra exata ou mais adequada no momento de redigir.

Entre os vários tipos de dicionários publicados, um exemplo muito útil para um conhecimento mais aprofundado da língua é o *Dicionário de Expressões Idiomáticas*⁽²²⁾. Um problema com expressões idiomáticas é a dificuldade de definir ou identificar o que é realmente uma expressão idiomática. A nosso ver, expressões tais como "abraço de urso" e "doce como açúcar" são diferentes de "comer barriga" (enganasar-se) e "pintar o bode" (cometer diabruras), pois, no caso destes últimos é impossível adivinhar o significado das diferentes partes *barriga/comer* e *bode/pintar*. Trabalho semelhante é o de *Dicionário de Locuções da Língua Portuguesa*⁽²³⁾, com 8.000 verbetes; referida obra contém citações de autores brasileiros e portugueses, clássicos e contemporâneos. Muito útil para o desenvolvimento da fala e da escrita, esta obra mostra a riqueza da língua portuguesa: o autor reúne nela várias locuções sinônimas para a expressão *num instante* tais como "num lance", "num loquínho", "num piscar d'olho", "num pronto", "num raio", "num mando de mão". A primeira locução citada é retirada da obra do autor João Antonio, a penúltima de Camilo e a última do grande inovador da língua portuguesa — João Guimarães Rosa. A guisa de exemplificação, transcreveremos, a seguir, três das muitas citações encontradas no referido dicionário: "O cais muda de cor e de tom num lance." (João An-

tonio, Realidade, setembro de 1968, p. 107.) "Se a Senhora salta na sege, vai num raio apanhá-la em casa." (Camilo, Agulha em Palheiro, p. 130.) "Mas Zé Bebelô rodeou todos num mando demão, e declarou forte o seguinte...". (João Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas, p. 418.)

Outro dicionário importante dedicado ao estudo de locuções é de autoria do renomado filólogo e lexicólogo brasileiro Antenor Nascentes. O *Tesouro da Fraseologia Brasileira*⁽²⁴⁾, com 2.000 verbetes e um total de 7.000 locuções, publicado inicialmente em 1945, passou a ter, em 1986, a sua terceira edição revista por Olavo Aníbal Nascentes. Como exemplificação da riqueza idiomática, observase a informação apresentada para o verbo *poeira*: "atirar poeira nos olhos", "dar poeira", "deitar poeira nos olhos", "fazer poeira", "lamber a poeira", "levantar poeira", "morder a poeira" e "sacudir a poeira".

Existe um número razoável de outro tipo de dicionário, trabalhos esses preocupados com erros e dificuldades da língua. Obras de referência desta categoria, embora instrua o consultante, podem ser, em certos casos, empreendimentos puramente comerciais que explorem a insegurança lingüística dos possíveis usuários. Alguns desses dicionários reúnem um conteúdo informático útil para o indivíduo interessado em conhecer melhor a língua nacional. *Dicionário de Dificuldades, Erros e Definições de Português*⁽²⁵⁾ informa o leitor que existem as duas formas: "Este navio segue rumo da América" e "Este navio segue rumo à América" (p. 211); e ambas as construções ocorrem: "Tenho o prazer de convidá-lo" e "Tenho o prazer em convidá-lo" (p. 229). Ainda outra publicação, *Dificuldades da Língua Portuguesa*⁽²⁶⁾, reúne dados úteis para diferentes tipos de leitores, tais como gentílicos, aumentativos, diminutivos, homônimos, onomatopéias e parônimos (abobadato-la e abobadacupula).

Outra classe de dicionário que une a cultura com a própria língua é aquele compêndio devotado à apresentação de provérbios.

Limitações de espaço somente permitem referência a um exemplo de obras que arrolam provérbios, refrãos e ditos populares. O *Dicionário de Provérbios e Curiosidades*⁽²⁷⁾, além de apresentar os provérbios mais conhecidos da língua portuguesa tais como "Ladrão de tostão, ladrão de milhão", "Há sempre um chinelo velho para um pé doente", arrola expressões típicas como "catar pulgas ou leões", "ir numa perna, voltar na outra",

Os dicionários de Língua Portuguesa

Com o objetivo de estimular os estudos e análises dos nossos dicionários e lembrando que ainda não existe uma história da lexicografia luso-brasileira, este artigo faz considerações sobre 36 diferentes dicionários da Língua Portuguesa no Brasil.

John Robert Schmitz

Do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP — Universidade Estadual de Campinas

Este trabalho tem por finalidade de tecer comentários sobre alguns dicionários de língua portuguesa, instrumentais essenciais para todos os indivíduos, ora estudantes nos estabelecimentos de ensino, ora profissionais nos escritórios e gabinetes, ora trabalhadores nas fábricas e nos sindicatos, ora o cidadão comum no serviço e no lar. Este trabalho serve também como apelo para o estudo, análise e divulgação dos vários tipos de dicionários de português publicados e também para a elaboração de ainda outros dicionários, pois a confecção de dicionários reflete, a nosso ver, uma valorização da língua e da cultura de um determinado povo. Quanto mais uma determinada sociedade se empenha na preparação de diferentes tipos de dicionários, mais aquela sociedade aprecia o seu idioma, seu povo e sua cultura.

O número de dicionários existentes é impressionante. Por um lado, há o dicionário-padrão, obra que serve o consultante geral e, por outro lado, há uma gama de dicionários especializados, isto é, dicionários voltados para um determinado tema ou assunto, tais como o dicionário de sinônimos/antônimos, o dicionário de gírias, o dicionário de regionalismos, ou, ainda, o dicionário de citações.

Até recentemente, poucos indivíduos se dedicaram ao estudo e à análise dos dicionários. Cabe mencionar os trabalhos pioneiros neste campo, de autoria de Biderman⁽¹⁾ e também de Barbosa⁽²⁾ e Alves⁽³⁾, pesquisadoras essas que estão contribuindo muito para o desenvolvimento de uma lexicografia luso-brasileira.

Impressiona, realmente, o número de dicionários existentes com a variedade de títulos, assuntos e riqueza de conteúdos. Limitações de espaço exigem, portanto, uma seleção, por nossa parte, de alguns dicionários de cada tipo, sobre os quais teceremos comentários.

Pretendemos dividir este trabalho em três partes. Na primeira, faremos comentários sobre alguns dos principais dicionários-padrão da língua portuguesa; na segunda, faremos uma apresentação de alguns dos diferentes tipos de dicionários especializados existentes; na terceira, teceremos comentários a respeito do campo da lexicografia, especificamente, da luso-brasileira.

Os dicionários-padrão

A lexicografia luso-brasileira é bastante rica no que diz respeito às obras de referência, tais como: o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*⁽⁴⁾, o *Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa*⁽⁵⁾, o *Dicionário Ilustrado da*

Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras⁽⁶⁾, dicionário esse que tem um prefácio de autoria de José Montello intitulado "Os Caminhos do Dicionário da Academia Brasileira de Letras". A publicação em 1975 do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*⁽⁸⁾, conhecido como o "Aurélio", é uma marca na lexicografia luso-brasileira, pois o ilustre lexicógrafo, Aurélio Buarque de Holanda, fez várias inovações no referido dicionário:

a. orações-modelo extraídas das obras de autores brasileiros e portugueses, especialmente autores contemporâneos;
b. inclusão de expressões gíricas;
c. ampliação de comentários relativos à etimologia das palavras;
d. uma atualização do léxico da língua portuguesa.

Cumprir destacar nesse dicionário o trabalho das equipes especiais que contribuíram para o aumento do número de vocábulos nele contido. Responsáveis pelo enriquecimento léxico do "Aurélio", os integrantes das diferentes equipes introduziram termos de campos tão diversos como capoeira, equitação e hipologia, turfe, propaganda, promoção de vendas, zoologia, medicina e anatomia.

A segunda edição do referido dicionário, publicada em 1986, marca a preocupação por parte do dicionarista com a atualização da própria língua portuguesa, idioma que continua em plena expansão acompanhando o desenvolvimento tecnológico e cultural internacional deste fim de século. Urge continuar o grande trabalho de Aurélio Buarque de Holanda com a preparação de uma nova edição, atualizada, com a inclusão de orações-modelo de autores desta década, e aprofundada com a inclusão de ainda mais dados etimológicos a fim de fornecer ao consultante a oportunidade para um enriquecimento linguístico maior⁽⁹⁾. Poder-se-ia também cogitar a inclusão de notas gramaticais, dados esses que caracterizam dicionários-padrão das línguas inglesa, alemã e francesa.

Os dicionários especializados

Entre os vários dicionários especializados cotejados neste trabalho, iniciaremos a nossa apresentação com algumas observações sobre o dicionário histórico-etimológico. Um clássico entre este tipo de obra de referência é o *Dicionário da Língua Portuguesa* (especialmente dos Períodos Medieval e Clássico)⁽¹⁰⁾. Atenção especial é dada ao estudo de prefixação em português na língua antiga com comparações com a língua moderna.

Outro trabalho na área de etimologia é o *Dicionário Etimológico Nova Fronteira*⁽¹¹⁾, que traz algumas inovações, tais como a utilização de flechas (ataxar — lenaz, ataxarar — taraxa), que servem para remeter o consultante às bases (ou raízes) das palavras. Outro dicionário etimológico do mesmo autor é o *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*⁽¹²⁾, onde se têm arrolados os vocábulos de origem tupi que tanto enriqueceram a língua portuguesa. Um exemplo é o comentário feito a respeito da palavra *tamanduá* (p. 275): "O aspecto exótico do tamanduá e o seu hábito de se alimentar de formigas causaram grande admiração nos primeiros cronistas do Brasil..."

Ainda outro tipo de dicionário etimológico que pode contribuir para satisfazer a curiosidade de muitos leitores é o *Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes*⁽¹³⁾, onde um consultante interessado depreende que o sobrenome Teixeira se refere ao "lugar onde há teixos (árvore conífera)".

Outra classe de dicionário especializado é o de regionalismos. Há um número muito grande deste tipo de dicionário, algumas obras raras e nem sempre encontradas nas bibliotecas mais completas. Três exemplos desta modalidade são: o *Dicionário do Brasil Central: Subsídios à Filologia, Linguagem, Usos e Costumes, Folclore e Toponímia dos Municípios Goianos*⁽¹⁴⁾, *Vocabulário Amazônico*⁽¹⁵⁾ e *Populário Sul Rio-Grandense*⁽¹⁶⁾.

Um problema sério com este tipo de dicionário é o fato de que, em certos casos, determinadas palavras arroladas e supostamente peculiares a uma determinada região também se encontram arroladas com o mesmo significado em outro dicionário dedicado a uma região completamente diferente.

Um exemplo é a inclusão da expressão *bate-boca*, "disputa acalorada, descompostura", no *Vocabulário Amazônico* expressão essa nada limitada à Amazônia. Em outro dicionário desta região, *O Meu Dicionário de Couzas da Amazônia*⁽¹⁷⁾, se tem o vocábulo *azucrinar*, que acusa o significado de "importunar, atormentar"; todavia, o dicionário referente ao Brasil Central, especificamente Goiás, acima mencionado, também registra *azucrinar* com o mesmo significado, isto é, "apontear, irritar, fazer barulho irritante". O dicionário dedicado ao português usado no Estado do Rio Grande do Sul, um empreendimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é uma obra preciosa por reunir informações pertinentes à cultura gaúcha, tais como a cozinha

rio-grandense, a fauna e a flora, as locuções e as expressões da região e provérbios. O referido dicionário, da autoria de Apolinário Porto Alegre, apresenta também dados etimológicos sobre a língua portuguesa.

Outro tipo de obra especializada é o *Dicionário de Afixos e Derivações*⁽¹⁸⁾, um verdadeiro clássico na lexicografia brasileira, trabalho pioneiro na área de morfologia do português. Obra mais recente nesta categoria é o monumental *Dicionário Morfológico da Língua Portuguesa*⁽¹⁹⁾, em cinco tomos, onde se tem uma descrição dos sufixos e prefixos junto com as porcentagens de sua distribuição nos diferentes termos do discurso.

Quanto ao estudo de sinônimos e antônimos, a lexicografia brasileira acusa o *Dicionário de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa*⁽²⁰⁾ e o *Dicionário de Sinônimos*⁽²¹⁾. Este tipo de dicionário facilita um enriquecimento idiomático para o consultante; também estes dicionários são essenciais para qualquer escritor na busca da palavra exata ou mais adequada no momento de redigir.

Entre os vários tipos de dicionários publicados, um exemplo muito útil para um conhecimento mais aprofundado da língua é o *Dicionário de Expressões Idiomáticas*⁽²²⁾. Um problema com expressões idiomáticas é a dificuldade de definir ou identificar o que é realmente uma expressão idiomática.

A nosso ver, expressões tais como "abraço de urso" e "doce como açúcar" são diferentes de "comer barriga" (enganar-se) e "pintar o bode" (cometer diabruras), pois, no caso destes últimos é impossível adivinhar o significado das diferentes partes *barriga/comer* e *bode/pintar*. Trabalho semelhante é o de *Dicionário de Locuções da Língua Portuguesa*⁽²³⁾, com 8.000 verbetes; referida obra contém citações de autores brasileiros e portugueses, clássicos e contemporâneos. Muito útil para o desenvolvimento da fala e da escrita, esta obra mostra a riqueza da língua portuguesa; o autor reúne nela várias locuções sinônimas para a expressão *num instante* tais como "num lance", "num loquínho", "num piscar d'olho", "num pronto", "num raio", "num mando de mão". A primeira locução citada é retirada da obra do autor João Antonio, a penúltima de Camilo e a última do grande inovador da língua portuguesa — João Guimarães Rosa. A guisa de exemplificação, transcreveremos, a seguir, três das muitas citações encontradas no referido dicionário: "O caos muda de cor e de tom num lance." (João An-

tonio. Realidade, setembro de 1968, p. 107). "Se a Senhora salta na sege, vai num raio apará-la em casa." (Camilo, Agulha em Palheiro, p. 130). "Mas Zé Bebedo rodeou todos num mando demão, e declarou forte o seguinte..." (João Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas, p. 418.)

Outro dicionário importante dedicado ao estudo de locuções é de autoria do renomado filólogo e lexicólogo brasileiro Antenor Nascentes. O *Tesouro da Fraseologia Brasileira*⁽²⁴⁾, com 2.000 verbetes e um total de 7.000 locuções, publicado inicialmente em 1945, passou a ter, em 1986, a sua terceira edição revista por Olavo Aníbal Nascentes. Como exemplificação da riqueza idiomática, observa-se a informação apresentada para o verbo *poisar*: "atirar poeta nos olhos", "dar poeta", "deitar poeta nos olhos", "fazer poeta", "lançar a poeta", "levantar poeta", "morder a poeta" e "sacudir a poeta".

Existe um número razoável de outro tipo de dicionário, trabalhos esses preocupados com erros e dificuldades da língua. Obras de referência desta categoria, embora instruem o consultante, podem ser, em certos casos, empreendimentos puramente comerciais que exploram a insegurança linguística dos possíveis usuários. Alguns desses dicionários reúnem um conteúdo informativo útil para o indivíduo interessado em conhecer melhor a língua nacional. *Dicionário de Dificuldades, Erros e Definições de Português*⁽²⁵⁾ informa o leitor que existem as duas formas: "Este navio segue rumo da América" e "Este navio segue rumo à América" (p. 211), e ambas as construções ocorrem: "Tenho o prazer de convidá-lo" e "Tenho o prazer em convidá-lo" (p. 229). Ainda outra publicação, *Dificuldades da Língua Portuguesa*⁽²⁶⁾, reúne dados úteis para diferentes tipos de leitores, tais como gentílicos, aumentativos, diminutivos, homônimos, onomatopéias e parônimos (abobada/tola e abobada/cúpula).

Outra classe de dicionário que une a cultura com a própria língua é aquele compêndio devotado à apresentação de provérbios.

Limitações de espaço somente permitem referência a um exemplo de obras que arrolam provérbios, refrãos e ditos populares: o *Dicionário de Provérbios e Curiosidades*⁽²⁷⁾, além de apresentar os provérbios mais conhecidos da língua portuguesa tais como "Ladrão de tostão, ladrão de milhão", "Há sempre um chinelo velho para um pé doente", arrola expressões típicas como "catar pulgas aos leões", "ir numa perna, voltar na outra",

"um olho dormindo, outro acordado".

O estudo da linguagem popular também se encontra nos dicionários de gíria, uma linguagem particular limitada a grupos específicos tais como estudantes, policiais, artistas, caminhoneiros. Um clássico entre os dicionários deste tipo é *A Gíria Brasileira* (28) de Antenor Nascentes. Dois outros dicionários voltados para a gíria são o *Novo Dicionário de Gíria Brasileira* (29) e *Dicionário de Gíria Brasileira* (30). Como no caso dos dicionários de expressões idiomáticas e de regionalismos, os dicionários de gíria nem sempre apresentam critérios para a consideração de um item determinado como gírico e subsequente inclusão no dicionário. Quanto aos procedimentos lexicográficos, o *Dicionário de Gíria Brasileira* é muito feliz por apresentar o item gírico com uma definição ou sinônimo e também com uma oração-modelo retirada de revistas, jornais, romances e crônicas. O vocabulário *entusiasmado* é apresentado junto com um sinônimo "escondido" e um exemplo: "Percebeu o filho poético entusiasmado nessas frases..." (Carlos Drummond de Andrade, *Jornal do Brasil*, 2.6, p.8, cad. B.)

Ligado ao dicionário de gíria é o *Dicionário do Palavrão e Termos Afins* (31). Realmente existem dicionários para todos os interesses; do mesmo autor do dicionário do palavrão se tem o *Dicionário Folclórico da Cachaca* (32).

Num estudo descritivo de dicionários, não se deve esquecer aquela obra de referência que arrola frases ou orações pronunciadas por autores de renome. O *Dicionário Universal Nova Fronteira de Citações* (33), repleto de citações de autores estrangeiros tais como Dante, Shakespeare, Milton, Eça de Queirós, Sófocles, Cervantes, Kipling, Samuel Johnson, também inclui citações de autores brasileiros sobre uma variedade de assuntos como "progresso", "problema" e "o próximo", respectivamente de Carlos Drummond de Andrade, Otto Maria Carpeaux e Miller Fernandes: "O progresso nos dá tanta coisa que não nos sobra nada nem para pedir, nem para desejar, nem para jogar fora." (Drummond, *Passeios na Ilha*.) "Um problema está, de início, resolvido se está bem colocado." (Carpeaux, *A Cíntia do Purgatório*.) "Amar o próximo é folgado! O difícil é se dar com o homem do lado." (Fernandes, *Vêja*, 1981.)

Muito feliz é a inclusão neste dicionário de algumas citações feitas por autores brasileiros, especialmente sobre a palavra "dicionário". Graciliano Ramos assim se refere ao dicionário: "O dicionário, em certos meios, é tão desconsiderado como os palavrões obscenos que a crítica pudibunda repele. Contudo não poderíamos trabalhar sem ele, como não poderíamos trabalhar sem couro ou tijolos se fôssemos sapateiros ou pedreiros." (*Linhas Tortas*, "Dois Mundos".)

A expressão "pai dos burros", usada popularmente para se referir ao dicionário, também recebe comentários por parte dos seguintes autores: "Um dicionário deve ser um ser vivo, uma súplica da vida, mais um instrumento de aprendizagem que um objeto de luxo. O chamado 'pai dos burros' da expressão do povo tem de ser mesmo paternal, simples, dando-nos o valor e o significado das coisas, sem pretensões, capaz da mais franca intimidade, generoso, probo, fácil." (José Lins do Rego [1901-1957] *Poesia e Vida* — *Um*

Dicionário.) "O Dicionário é o pai dos inteligentes: os burros dispensam-no." (Mário da Silva Brito [1910] *O Fantasma sem Cabeça*.) "O Dicionário pode ser 'o pai dos burros' mas só pessoas inteligentes o consultam." (Júlio Camargo, *A Arte do Sofisma*.)

Uma inovação, digna de encômio, na lexicografia luso-brasileira, é a publicação do *Dicionário Contrastivo Luso-Brasileiro* (34). Esta obra preenche uma lacuna, pois não existia até esta data um dicionário voltado para a comparação de duas importantes variedades da língua portuguesa, a brasileira e a portuguesa. Indicado para o confronto das diferenças ortográficas, ortográficas, gramaticais e regências, o dicionário está dividido em duas partes, a primeira P — B apresenta a forma portuguesa e a sua equivalente brasileira, ao passo que a segunda B — P apresenta a forma brasileira seguida da equivalente portuguesa.

O referido dicionário, sem sombra de dúvida, será de grande utilidade para portugueses que venham residir no Brasil e também para brasileiros que tenham contato com Portugal.

O campo da lexicografia luso-brasileira

O estudioso ou pesquisador de dicionários tem um campo vasto. Neste trabalho concentramos os nossos esforços nos dicionários voltados para a língua. Falta ainda um estudo dos dicionários técnicos, dos dicionários de cultura brasileira e literatura tais como o *Dicionário de Conceitos e Pensamentos de Rui Barbosa* (35) e o *Dicionário de Machado de Assis* (36). Este trabalho é um apelo para a valorização do dicionário e para o desenvolvimento do campo de lexicografia, especialmente a luso-brasileira. Uma dificuldade sentida na elaboração deste trabalho é o fato de que o material está espalhado, e nenhum acervo tem todos os trinta e seis dicionários citados aqui. Para identificar e conhecer as obras aqui referidas, foi necessário visitar sete diferentes bibliotecas.

Importante também, a nosso ver, é incentivar o uso do dicionário nos trabalhos escolares e universitários. Urge concientizar o professor e o aluno da importância dessas obras para o desenvolvimento cultural do indivíduo. A utilização do dicionário na escola é assunto de outro trabalho.

Notas

- 1 — Maria Teresa C. Bideman, "A Ciência da Lexicografia", *ALFA, Revista de Linguística*, São Paulo v. 28, 1984; Maria Teresa C. Bideman, "O Dicionário Padrão", *ALFA, Revista de Linguística*, São Paulo v. 28, 1984.
- 2 — Maria Aparecida Barbosa, *Léxico, Produção e Criatividade: Processo de Neologismo*, São Paulo, Global, 1981.
- 3 — Jéssy Maria Alves, "A Integração dos neologismos por empréstimo ao léxico português", *ALFA, Revista de Linguística*, São Paulo v. 28, 1984.
- 4 — Reinhard R. Hartmann, *Lexicography: Principles and Practice*, London, Academic Press, 1983. Nesta obra há referências às tradições lexicológicas francesa, inglesa, hebraica e russa. Falta ainda historiar a lexicografia luso-brasileira.
- 5 — Francisco Fernandes, *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Editora Globo e Edições Melhoramentos, 1965.
- 6 — Hamílcar Garcia, *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, (Caldas Aulete) Rio de Janeiro, Editora Delta, 1974.
- 7 — Antenor Nascentes, *O Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1972.
- 8 — Aurélio Buarque de Holanda, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1975, 1986 (segunda edição).
- 9 — Carlos Lopes de Matos, *Falhas do Grande Aurélio*, Capiatari, SP, s.d. O au-

tor aponta falhas no Dicionário "Aurélio" e apresenta dados para o enriquecimento da obra.

- 10 — Augusto Magre, *Dicionário da Língua Portuguesa — Especialmente dos Períodos Medieval e Clássico*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação, Instituto Nacional do Livro, 1950.
- 11 — Antônio Geraldo da Cunha, *Dicionário Etimológico Nova Fronteira*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- 12 — Antônio Geraldo da Cunha, *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*, São Paulo, Edições Melhoramentos/Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- 13 — Rosário Farani e Mansur Queirós, *Dicionário Etimológico de Nomes e de Sobrenomes*, (Sem editora), Curitiba, 1949.
- 14 — Barion Ortelmi, *Dicionário do Brasil Central: Subsídios à Filologia, Linguagem, Usos e Costumes, Folclore, Toponímia dos Municípios Goianos*, São Paulo, Editora Alca, 1983.
- 15 — Amândio Mendes, *Vocabulário Amazônico* — Estudos, São Paulo, Sociedade Imprensa Brasileira, Brusco e Cia., 1942.
- 16 — Apolinário Porto Alegre, *Populário Sul Rio-Grandense. Estudo de Filologia e Folclore*, (Reorg. Lothar Hessel) Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1980.
- 17 — Raimundo Moraes, *O meu Dicionário de Causas da Amazônia*, (2 volumes.) Rio de Janeiro, Alca, 1931.
- 18 — Carlos Góes, *Dicionário de Afixos*

- e *Desinências*, Belo Horizonte, Typografia Americana de Renato Americano, 1930.
- 19 — Evaldo Heckler et. al., *Dicionário Morfológico da Língua Portuguesa*, (Cinco volumes), São Leopoldo, RS, Unisinos, 1984.
- 20 — Francisco Fernandes, *Dicionário de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Editora Globo, 1955.
- 21 — Orlando Mendes de Moraes e Lesma de Azevedo Pena, *Dicionário de Sinônimos*, Rio de Janeiro, Livraria Tupã, 1953.
- 22 — Márcio Pugliese, *Dicionário de Expressões Idiomáticas. Locuções Usuais da Língua Portuguesa*, São Paulo, Editora Paranaí Ltda., 1981.
- 23 — Euclides Carneiro da Silva, *Dicionário de Locuções da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Bloch Editores S.A., 1975.
- 24 — Antenor Nascentes, *Tesouro da Fraseologia Brasileira* (Revisão Olavo Aníbal Nascentes), Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- 25 — Luiz A.P. Vitória, *Dicionário de Dificuldades, Erros e Definições de Português*, Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1959.
- 26 — Zélio dos Santos Jota, *Dificuldades da Língua Portuguesa*, (2 vols.) Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1960.
- 27 — Raimundo Magalhães Jr., *O Dicionário de Provérbios e Curiosidades*, São Paulo, Editora Cultrix, MCMLX.
- 28 — Antenor Nascentes, *A Gíria Brasileira*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1953.
- 29 — M. Viotti, *Novo Dicionário de Gíria Brasileira*, São Paulo, Ind. Gráfica Benévigna, 1956.
- 30 — Euclides Carneiro da Silva, *Dicionário de Gíria Brasileira*, Rio de Janeiro, Edições Bloch, 1975.
- 31 — Mario Souto Major, *Dicionário do Palavrão e Termos Afins*, Rio de Janeiro, Record, 1979.
- 32 — Mario Souto Major, *Dicionário Folclórico da Cachaca*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangana, 1985.
- 33 — Paulo Rónai, *Dicionário Universal Nova Fronteira de Citações*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- 34 — Mauro Villar, *Dicionário Contrastivo Luso-Brasileiro*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1989.
- 35 — Luiz Resende de Andrade Filho, *Dicionário de Conceitos e Pensamentos de Rui Barbosa*, São Paulo, Edart Livraria Editora Ltda., 1967.
- 36 — Francisco Pati, *Dicionário de Machado de Assis*, Rio de Janeiro, Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, 1972.

leira, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1953.

John Robert Schmitz é professor no Departamento de Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Endereço do autor para correspondência: Rua Ermilo Borbo Filho, 39 — 04621 — São Paulo — SP.

Grátis!

D.O. Leitura



D.O. Leitura
Publicado sob o nome "D.O. Leitura" e "D.O. Leitura"

Os restos mortais na feitiçaria afro-luso-brasileira

A assinatura do D.O. Leitura é gratuita e pode ser pedida através de carta dirigida à

Imprensa Oficial do Estado S.A. — IMESP
D.O. Leitura
Rua da Mooca, 1.921
03103 — São Paulo — SP

D.O. Leitura, publicação cultural de estudos brasileiros, tem assinantes em todos os Estados do Brasil e na Alemanha Ocidental, Angola, Argentina, Bélgica, Canadá, Checoslováquia, Chile, China, Cuba, Espanha, Estados Unidos, França, Guiana Francesa, Holanda, Hungria, Inglaterra, Israel, Itália, Japão, Moçambique, Nicarágua, Paraguai, Portugal, Suíça, União Soviética, Uruguai e Venezuela.

Guilherme de Almeida: o poeta de São Paulo - III

Durante muitos anos, Guilherme de Almeida foi o mais popular poeta paulista, principalmente na fase que coincidiu com a Revolução de 32. Sua obra é apresentada nesta vasta pesquisa, em que se encontram revelações inéditas ou atos muito pouco conhecidos da vida do Príncipe dos Poetas Brasileiros, às vésperas do primeiro centenário de seu nascimento.

Maria Thereza Cavalheiro



Entrevistei formalmente Guilherme de Almeida outra vez, e então para que abordasse mais um de seus assuntos favoritos, a heráldica. Foi ele o responsável por muitos brasões de nossas comunas. O Poeta ocupou a Cadeira nº 29 no Colégio de Consulta Heráldica e Genealógica do Rio de Janeiro. Para ele, heráldica era "poesia pura", uma "floresta de símbolos".

Destaques alguns de seus ensinamentos (*A Gazeta*, 25-1-62):

"Heráldica é arte e ciência ao mesmo tempo. A palavra vem de *herald*, que quer dizer 'arauto'. Brasão é um distintivo que o guerreiro geralmente escolhia para si mesmo, a fim de se distinguir dos outros. Ele o sugeria ao rei e este o agradava com o título e o brasão. Todos os brasões eram registrados nas Cortes.

"Quanto menos figuras tiver o brasão, mais nobreza indicará. Devemos levar em conta que o primeiro escudeiro o fez em ouro, o segundo em prata; a seguir, usaram-se escudos cada um em uma cor. Quando se esgotaram as cores, vieram as divisões: cada escudo em duas cores. Quando se esgotaram as divisões, vieram as subdivisões, as 'peças honrosas', com a cruz dentro do brasão. Mais tarde, as figuras, crescendo em detalhes, teriam sempre necessária a diferenciação. Por isto, os escudos mais simples caracterizam nobreza tradicional, de onde a assertiva: 'Chi ha piu ha meno'.

"O escudo pode obedecer a três formatos: o seminitivo ou francês, que é o ideal; o que se arredonda na base, a exemplo dos brasões portugueses; e o gótico, que é uma ogiva invertida. Seja qual for o formato, deve obedecer à proporção de sete módulos de largura por oito de altura. Essa área é absolutamente intocável. O mais perfeito é o francês, porque se enquadra rigorosamente dentro da regra.

"A gramática heráldica mesma foi fixada através de um Tratado de Crollanza, que determinou os princípios invariáveis para a confecção de um escudo. Assim, em heráldica existem somente dois metais: o ouro e a

prata, e quatro esmaltes: verde (a que se chama 'sinople'), azul ('blau'), vermelho ('goules') e preto ('sable'). Não se pode nunca aplicar metal sobre metal nem esmalte sobre esmalte. Das regras ditadas por Crollanza, essa é a mais primária.

"Existem a heráldica de família, que se refere à nobreza hereditária, e a de domínio, que diz respeito aos escudos de países, estados, cidades, vilas etc. Todas as armas de família levam em cima a coroa ou o capacete, quando se trata de titular, ou, ainda, simplesmente, o 'timbre': uma das figuras ou outro pormenor tirado do brasão. Hoje, não temos mais brasões de família, pois estamos em República. Outrora, esses brasões eram dados por carta régia, registrados no chamado Armarial. Atualmente, os brasões de domínio são propostos nas Câmaras municipais e, se aprovados, sancionados pelos prefeitos e estabelecidos por ato, decreto ou lei.

"Lê-se um escudo ao contrário: à esquerda em lugar da direita e vice-versa, pois deve ser visto como do peito do cavaleiro. Usamos, em heráldica, os termos em latim: *dextra* e *sinistra*. Todas as figuras no brasão, dentro ou fora dele, animal ou pessoa, devem olhar a *dextra*; se tiverem movimento para a *sinistra* significa bastardia. Os animais têm de estar em sua posição mais nobre: o leão, *rompente*; a águia, *volante*; o cão, *passante*. Na descrição, é preciso dar, também, os atributos do animal: cor do casco, da língua, das garras.

"Na idealização de um escudo, deve-se dividi-lo, mentalmente, em três terços: o primeiro, a que se chama 'chefé'; o segundo, 'centro'; e o terceiro, 'ponta'. O 'chefé' representa a cabeça do cavaleiro (o pensamento); o 'centro', o coração (sentimento); e a 'ponta', os pés (a ação).

Aquele que compunha brasões era chamado antigamente 'rei d'armas'. Guilherme de Almeida foi, assim, um 'rei d'armas', responsável, entre outros, pelos seguintes brasões: de São Paulo, Embu, Petrópolis, Volta Redonda, Londrina, Brasília, Guaxupé. O desenho de muitos foi confia-

do ao talento de Renato Zamboni, que procurou interpretar com fidelidade o pensamento do Poeta. Vários emblemas foram feitos também em mútua colaboração: para a Bolsa de Cereais, o Instituto de Cardiologia, o Centro de Estudos Históricos Afonso de Taunay e outros.

Guilherme de Almeida também trabalhara em estreita colaboração com o paulista José Wasth Rodrigues, nascido em 1891 e falecido em 1957. De parceria com esse artista, realizou o brasão para a cidade de São Paulo, e, juntos, entre trinta e seis concorrentes, saíram-se vencedores em um concurso encetado pelo Município. No escudo, o braço armado, empunhando uma espada batalhante, a que está presa a bandeirinha de quatro pontas que ostenta a Cruz de Cristo, içada em acha de armas, comemora toda a epopéia do Bandeirismo: o desbravamento pelo machado dos pioneiros, os quatro pontos cardiais. Foram usadas duas cores: prata, do metal, e vermelho, do esmalte, a traduzir audácia e altivez. O brasão traz, em cima, coroa mural de ouro, com torres, e tem como suportes dois ramos de café frutificados. A divisa *Non ducor duco* significa "Não sou conduzido, conduzo". Todos os lemas que o Poeta utilizava em suas composições eram da própria autoria; nunca fez uso de frases feitas.

Em 8-3-1917, o prefeito Washington Luiz baixou o Ato Municipal 1.057, instituindo o brasão de armas da cidade, o qual foi restabelecido pela lei 3.671, de 9-12-47, do prefeito Paulo Lauro.

Guilherme de Almeida foi o idealizador do emblema do aristocrático São Paulo Clube, criado com o fim de manter as tradições paulistas e o de confraternização de seus membros. Contou-nos o Poeta que procurara resumir, em um único símbolo, a genealogia e a história paulista, e fez um timbre representado por um leão *rompente* encarnado com uma espada *batalhante* de prata a *dextra*. Explicou-nos na ocasião: "Temos dois fundadores em São Paulo: João Ramalho, o nosso Patriarca, que deu o primeiro paulista

filho de Bartira, sua mulher, e Martin Afonso de Souza, o Colonizador, que trouxe para cá quatrocentos homens de estirpe, que aqui se radicaram e de quem nós todos descendemos. Ora, o brasão de armas de Ramalho e o de Martin Afonso apresentavam o leão *rompente*, e nada melhor que essa figura para sintetizar a história de São Paulo."

Pouco tempo antes de sua morte, Guilherme de Almeida projetou a nova bandeira da cidade de Brasília, cujo brasão havia feito em 1960.

O Poeta era um enamorado de vitrais, que assim definia: "...Vela arte heráldica e litúrgica, a santa arte do vidro e do estanho, da luz e da cor — único mister do obreiro que aos nobres era dado exercer, porque era arte de Fé Cristã."

Guilherme de Almeida deu assistência a Conrado Sengenicht Filho na parte heráldica e histórica de vitrais, destacando-se, na Capital paulista, os portentosos 34 painéis de sete metros de altura, resumindo a História do Brasil e o desenvolvimento histórico dos dois povos irmãos, executados por aquele vitralista para o Salão "Padre Manoel da Nóbrega", do Hospital São Joaquim, da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Paulo, sobre o qual, na inauguração festiva, observou, em seu discurso: "Assim, é este Salão Nobre um translúcido e colorido relicário a guardar, como um todo unido no tempo e no espaço, Portugal e Brasil." O Poeta colaborou nos brasões das primeiras cidades brasileiras e nos dos donatários das capitanias, e redigiu os dísticos desses vitrais, que se inserem entre os mais importantes, de caráter cívico, do mundo, e aos quais Pedro Calmon denominou de "Epopéia das Raças", em conferência pronunciada no próprio Salão, em 1962. O Salão foi inaugurado em 1955, pelo Prímaz de Portugal, o Cardeal Cerejeira, que procedeu à bênção dos vitrais.

Há de se lembrar que Guilherme de Almeida, em 1960, foi o presidente de honra das comemorações do V Centenário da

Morte de Dom Henrique, em Portugal.

O brasão de armas de São Paulo, criado por Guilherme de Almeida, figura na grande rosácea da Catedral de São Paulo, circundado de orquídeas e passifloras (flores de maracujá), na fachada principal do templo, vitrais esses também de Conrado, que executou ainda as janelas da Capela do Santíssimo e da absíde.

Coube a Conrado Sengenicht Filho, também ex-combatente, gravar em mármore, no Monumento-Mausoléu dos Heróis de 32, a "Oração ante a última trincheira", de Guilherme de Almeida, lida pelo Acadêmico Paulo Bonfim por ocasião do sepultamento do "Poeta de São Paulo", quando disse também versos próprios.

A morte do Poeta

Mesmo nos últimos tempos de vida, Guilherme de Almeida não deixava de ir à redação de *O Estado de S. Paulo* para o convívio com seus companheiros de muitos anos e também para apanhar sua correspondência. Em uma dessas vezes, caiu de dentro de uma das cartas um brilhante: dizia a missivista que era a cristalização de uma lágrima ao ler um de seus poemas.

Por fim essas visitas se foram escasseando, até cessarem por completo. Guilherme de Almeida faleceu de uremia, às 3h56m do dia 11 de julho de 1969, treze dias antes de completar setenta e nove anos de idade, em sua casa na Rua Macapá. O Poeta manteve-se lívido até próximo ao desenlace, e despediu-se carinhosamente de sua esposa. Não quisera ir para o hospital, preferindo a companhia da família, do médico Dr. Francisco de Moura Coutinho (que firmou o atestado de óbito) e de seu pequenino Ling-Ling, que ficou aos pés do leito durante toda a enfermidade do dono. Um ano depois, o cachorrinho, que passou a um estado de melancolia e até grunhia pela falta do Poeta, morreu também, e foi enterrado no quintal da casa, com lápide de mármore de Carrara.

Pouco antes de falecer, o Poeta posara para o escultor Ihye Gil-

admirados, exaltados pelos emissores textuais, através de versos de grande simplicidade, ritmo, criatividade e beleza. Nesses belos textos poéticos, homens e natureza se confundem, em um interrelacionamento significativo.

Também em pejeas, formas ambíguas de composição poética (cantorias/escritas em folhetos) a exaltação à natureza está presente, servindo de inspiração aos contadores. Vejamos, por exemplo, *Pejeia de João Severo de Lima com Manoel Camilo dos Santos* (autor: João Severo Campina Grande, UFPB, 1977, p. 9-16) no qual há um confronto entre o brejo e o sertão; *O grande combate de Neve Branca com João Cabeleira* (Manoel d'Almeida Filho, São Paulo, Luzero, s. d., p. 11-16) em que são defendidos dois temas/moite pelos respectivos cantadores: "O progresso destrói a natureza" e "O progresso enriquece a humanidade". Mesmo no afa da disputa, as defesas desses temas opostos demonstram conscientização da dupla face do problema, sendo feitas com muita acuidade e espírito crítico, no saboroso ritmo do martelo agalopado:

N.B.

— A ciência nas seus descobrimientos
Só tem feito a desgraça das pessoas;
Embora achem as descobertas boas,
Se liquidam nos seus próprios inventos,
Quando não morrem passam por tormentos
Numa vida de dor e de incerteza.
Sem achar o remédio na riqueza
Muitas vezes se acabam mutiladas
— Nas cidades, nos campos, nas estradas,
O progresso destrói a natureza.

J.C.

— Escreveram em todos os diários
Que com a descoberta do petróleo
O homem conseguiu tirar do óleo
Centenas de produtos necessários,
Combustíveis tão extraordinários
Que fizeram na noite claridade,
Aumentaram mais a velocidade
Dos transportes que correm pelo mar
E também pela terra e pelo ar —
O progresso enriquece a humanidade. (Op. cit., p. 13).

As catástrofes climáticas (secas, enchentes) que trazem desequilíbrios ecológicos, com consequências nefastas, têm sido motivo para composição de vários folhetos de cordel. Entre estes, destacamos *Suspiros de um sertanejo*, escrito pelo imortal poeta Leandro Gomes de Barros ("rei da poesia do sertão", segundo Carlos Drummond de Andrade). Esse folheto é uma espécie de "canção de exílio", pungente/saudosista, de grande lirismo, que fala da "via crucis" do sertanejo que emigra para o sul, tanguido pela fome, doença e outros males, em busca de melhores dias.

Finalmente, há que se mencionar o testemunho deixado por João Grilo (anti-herói, espertalhão) originário da península ibérica, que se encontra muito bem aclimado na ambiência nordestina. Nesse hilariante e crítico testemunho/logro, estão bem explícitas as críticas à sociedade contemporânea que se diz moderna, mas seriamente ameaçada por males criados pelos próprios homens, entre eles, a destruição do meio ambiente, associada à fome, à carestia e desvalorização do salário:

Deixo as usinas de açúcar

Com as matas acabando;
Deixo o assalariado
Com a barriga murchando
O salário resumindo
E a carestia aumentando.

(A morte, o enterro e o testemunho de João Grilo. Enéias Tavares dos Santos, São Paulo, Luzero, 1983, p. 12.)

Em suma, com base nas reflexões feitas, podemos concluir que os assuntos de caráter ecológico têm sido focalizados, na multifacetada literatura de cordel, em diferentes épocas, por bons vates populares que estão profundamente identificados com a terra e costumes nordestinos. Por outro aspecto, o tema da ecologia, encarada no seu sentido mais amplo ou restrito, vem sendo veiculado através de folhetos estruturados em esquemas típicos, tais como "pejeas", "encontros", "debates" ou narrativas de anti-heróis, profecias, folhetos descritivos/dissertativos. Dentro de variados contextos e enfoques (contestatário/crítico, lírico, religioso, profético, humorístico) e, inserido, até, nos planos do imaginário tradicional e do fantástico, esse palpitante tema tem uma presença marcante, em folhetos de cordel, reafirmando a mundividência e "engajamento" dos nossos poetas populares, sempre atentos aos problemas contemporâneos; denunciando, criticando ou até se evadindo, eles buscam, mesmo só ao nível da ficção, encontrar saída para os graves conflitos que atormentam a conturbada sociedade brasileira, notadamente a nordestina.

Notas

1 — ALMEIDA, Renato. *Inteligência do folclore*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1957, p. 208.
2 — Sendo 2.400 do "Programa de Pesquisas em Literatura Popular" da UFPB e 1.800 da nossa coleção particular. Consultamos também: ALMEIDA, Aída e SOBRINHO, José A. *Dicionário bibliográfico de repentes e poetas de bancada*. João Pessoa, Editora Universitária, 1972, 2 v.

3 — Respostas versadas por Antônio Araújo de Lucena e Luiz Rodrigues Lira. In: *Antologia de literatura de cordel*. João Pessoa, MEC/Universidade Federal da Paraíba, 1986, p. 17-26 e p. 37-50.

4 — Reeditado por João Martins de Athayde e por José Bernardo e filhos.

5 — Ver de nossa autoria: *A malandragem na literatura portuguesa e brasileira — tradição e contemporaneidade*. Apresentado no 1. Colóquio de Literatura Popular Portuguesa, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, nov. 87.

6 — Destacamos alguns folhetos que não foram citados: *A pejeia dos abranços com os lavadores brancos*, S. I., Editora Independente, s.d., Uma rosa para a minha cadela. Valeriano Félix dos Santos, s.n.t.; *Remédios caseiros rimados em cordel*, João J. Carvalho, s.l.s., ed., 1985; *As ervas medicinais da castanha sertaneja*, ervas, sementes e frutos na medicina caseira, escritos por José Costa Leite, publ. pela Casa das Crianças de Olinda, em 1983; *A briga da cana com o café*, José Caetano da Silva (Fortaleza), s. d., 1982; *Seca no sertão*, João Severo de Lima, Publicado em colaboração da UFPB, s.d.; *Campina Grande, a viola e as belezas do Nordeste*, Antônio da Mulatinha, Campina Grande, Folhetaria Estrela do Oriente, 1976; *Aves de todo mundo*, Elias A. de Carvalho, (Petrópolis), s. d., 1977; *Bral chorando*, José dos Santos Araújo, s.n.t.

Obs.: Consultamos também: WALACE, Bruce. *A humanidade, suas necessidades, ambiente, ecologia*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1978; *Ecologia e sociedade*, Carlos Eduardo Silva (Coord.). São Paulo, Edições Loyola, 1978; ARIZA, Dervil. *Ecologia objetiva*. São Paulo, Nobel, 1974; FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

Neuma Fachine Borges é professora e pesquisadora da Universidade Federal da Paraíba e da Fundação Casa de José Américo de Almeida. Endereço da autora para correspondência: Rua Francisco de Assis Prado, 108 — 58033 — João Pessoa — PB.

Caráter revolucionário da escritura de Oswald de Andrade

Jorge de Souza Araújo
Universidade Federal do Rio de Janeiro

OSWALD DE ANDRADE
1890-1990



A rigor, o prazer do texto, o prazer do jogo só se podem realizar a partir de uma perspectiva moderna. Porque foi com os modernistas que se pôde verificar a desconstrução da língua, rompido o elo com a cultura ancestral, pluralizado o código de significantes. Esse dizer político, que excede uma política da cultura ou da arte, mas que a elas, no caso, se circunscreve, até para recusá-las, numa perspectiva brasileira, ser detectada na poesia de uma figura singular, um ruptor absoluto, iconoclasta da poética rimada e sonantista (misto da bem comportada arte burguesa com a assimilação colonizada), um arriista da literatura apartada do fato social, voltada essencialmente para as imitações de caracteres do fazer poético *made in Europa*. Seu nome: Oswald de Andrade. Com um texto de corpo erótico, cultor da contração do português, cujo dizer político é o fato mais representativo e legítimo do movimento de 22.

A obra de Oswald, pode dizer-se, é toda ela um panfeto ideográfico, onde se salientam a vontade da transgressão, o gozo de contrariar o estabelecido em todas as suas ordens, sejam os aparelhos lógicos ou os socleitos da cultura dominante, antes afirmando um nacionalismo tropicalista, *avant la lettre*, em que se expõem a pobreza e a vergonha brasileiras sem retoques, Oswald recorre à capacidade ruptora, ao pansexualismo das formas (eróticas) de uma palavra desabrida, sem admanes cultos, classicizantes, europeus. Assim, a poesia brasileira realiza uma ousadia, uma agilidade vigorosa, liberta dos esquematismos parnasianos, desmarcando a tradição retórica e discursiva da poética brasileira padrão. Ao tempo em que expõe as mazelas brasileiras, a poesia oswaldiana atende a uma poética da radicalidade, porque afirma numa linguagem de raiz explosiva, cortando-a num fazer dessacralizador, varrendo-a pelo tratamento de choque, varrendo para sempre o bom-senso e o bom-gosto da máquina-de-fazer-versos parnasiana. Neste sentido, seria Oswald um precursor, pelo menos no Brasil, da linguagem sem medo de contradizer-se, aproveitando-se da "contribuição milionária de todos os erros", incorrendo (e gozando) nos riscos da contradição lógica e realizando uma poesia deliberadamente dissonante, atonal, que põe em xeque todos os tradicionalismos, como se pode notar no poema *Bondé*:

O transatlântico mesclado
Dendelena e esquisita luz
Postretadas e farnas sacolejam!

Nota-se, de imediato, que o jogo da desconstrução da linguagem desenvolve um movimento pendular, intermediando raciocínio político-social e filosofia estética. Não apenas o traço que, desaliente, demolidor pelo gosto de deflagrar uma queda, se verifica na poética oswaldiana, como também a própria consciência da revolução operada na linguagem, no ideário de invenção numa escritura poética nova, brasileira, contemporânea, contrária à poesia pinocênica da estética parnasiana. Até Oswald, a poesia seria mero jogo de elegâncias metonímicas para o consumo burguês em saraus nobres, freqüentemente desajudado na diluição da realidade social.

Muitas vezes a poética oswaldiana enfiteira frases, justapondo-as deliberadamente sem sentido aparente, a fim de que o leitor participe do jogo e enuncie (pronuncie) o poema com suas discutíveis notações. Analisando esse modelo de armar, chega-se à conclusão de que cabe pensar o fenômeno poético de Oswald em sua justa medida, a que obriga o leitor a entrar na perda, fazê-lo refletir acerca dos compromissos de romper com uma poética alienada, que teimava em enxergar nuvens, estrelas, arrebois, quando o mundo não se recuperava do trauma de uma primeira guerra mundial.

A Oswald de Andrade competia anular sentidos do fazer poético consagrado como modelo na cultura acadêmica. O programa rígido de dessacralização das linguagens foi então galvanizado por Oswald mediante fórmulas da poesia-comprimido, da poesia-plata, da poesia-minúscula como duas palavras na frase, reiterando o caráter edipiano de ver o avesso, a outra metade do mundo, de ver o que está dentro do brinquedo (do jogo), algo assim como o realizado em 1925 por Jorge de Lima com seu *Mundo do menino impossível*. Oswald concebeu a linguagem-mônada, valorizando o *flash* da idéia, como no poema "Nova Iguaçu": "Confeitaria Três Nações/Importação e Exportação/Açougue Ideal/Letteria Moderna/Café Pangaio/Armazinho União/No país sem pecados".

Os versos são frases-propaganda, soltas, "dizendo" a visão do poeta para a crítica do consumismo, do crescente comércio e do ilogismo de um progresso que privilegia determinadas classes. Tal consciência do fazer poético oswaldiano já se poderia presumir num poema como "3 de maio", em que o artesão sacrifica uma postura sagrada do poeta, disseminando o conceito de poesia na territorialização do sonho e do ludismo: "Aprendi com meu filho de dez anos/Que a poesia é a descoberta/Das coisas que eu nunca vi".

Não há em Oswald a aura dos idiossincrasias tradicionalizadas poéticas. Ele rompe com todos os códigos de rimas e assonâncias e com os aparatos ideológicos das mensagens decodificadas, para seguir as pegadas de uma poética suja, arrojada, feita de

cliques e impressões e sensações primitivistas. Interprete burlesco de uma sociedade decadente, de uma classe média hipocrita e de um declínio das estéticas de classes, inclusive da parnasiana, Oswald de Andrade reúne em seu ativismo criador todos os comentários, ditos e deboches críticos à poética bom-nocista da época, afirmando de um texto de desejo e fruição, seja pela proposta formal e tematicamente revolucionária, seja, mais ainda, por contrariar ininterruptamente o estabelecido linguístico/temático/semiológico e as instituições poéticas consagradas no universo cultural brasileiro.

É Oswald, aliás, o autor que mais se descaracteriza como "autor". Subtrai-se à hierarquização dos estatutos político-sociais tipo Academia Brasileira de Letras, rompendo barreiras *non plus ultra* do modelo parnasiano nas relações com o leitor. Ao texto pronto, acabado, produto conforme o gosto e a norma da cultura, ele opõe um vir-a-ser do texto, uma produção, uma enunciação contínua a verificar-se no renovar da pesquisa aberta e de uma poesia aparentemente simples e ingênua, mas profundamente iconoclasta, nacionalista, popular, inserida numa perspectiva de prazer, que se confirma nos caracteres de jogo com que se pronuncia. A poética oswaldiana é a que mais se referencia num plural de vozes porque manjada para infundir no leitor, parceiro do jogo, do desejo, do prazer, a sensação infinita de que ele, leitor, também pode, todos os temas são temas poéticos, o que sepultou inelutavelmente conceitos como o soneto com chave de ouro, a torre de marfim e o academicismo formal do poeta como um cinzelador de nuvens.

NOTAS

1 — ANDRADE, Oswald de. *Obras completas 7: Poesias Reunidas*. 4.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974, p. 106.

2 — Op. cit., p. 108.

3 — Op. cit., p. 104.

Jorge de Souza Araújo é professor de Literatura Brasileira na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Estadual de Feira de Santana. Endereço da autora para correspondência: Rua Leônidas Magalhães, 56 — 41700 — Salvador — BA.

Oswald de Andrade e as mulheres

Como personagens da vida amorosa do grande antropólogo, Kamiã foi a aventura, Landa a paixão, Deise a ternura, Tarsila a arte, Pagu a revolução, Pilar a beleza, Antonieta o matrimônio e a sublimação.

Sangirardi Jr.

Amigo de Oswald de Andrade

OSWALD DE ANDRADE
1890-1990

Oswald de Andrade planejava reunir suas memórias e confissões em quatro volumes, mas só conseguiu publicar o primeiro, que saiu no ano de sua morte (1954) e tinha um subtítulo expressivo: *Sob as Ordens de Mamãe*⁽¹⁾.

A presença feminina mais forte e constante na vida e obra de José Oswald de Souza Andrade foi a de dona Inês Inglês de Souza Andrade, sua mãe.

Católica praticante, como toda a família, dona Inês fez com que o filho crescesse em meio a rezas e assíduas devoções. Oswald foi alho de procissão, coroinha na igreja da Consolação, irmão do Santíssimo. Mais tarde, apesar da sua posição ideológica, ouriçada de irreverências e rebeldia, confessaria que, mesmo "tendo da Igreja a pior idéia", manteve o profundo sentimento religioso dos pais, de que nunca tentou se libertar. Era o que chamou de "invenível sentimento órfico". As imagens dos santos, o oratório familiar, as missas e novenas, as profissões de fé são revividos ao longo de sua obra, como nas páginas de *Os Condenados*⁽²⁾, cujos volumes de lançamento finalizavam com um *Laus Deo*, da mesma forma que os versos do *Roteiro das Minas*⁽³⁾; já o *Primeiro Caderno do Aluno de Poesia Oswald de Andrade* traz no final um *Laus Nossa Senhora da Aparecida*⁽⁴⁾.

Um dia, porém, o "sentimento órfico" colidiu violentamente com o edipiano. "O meu dissídio com Deus" — escreve ele — "produziu-se no dia 13 de setembro de 1917". Foi quando, chegando de sua primeira viagem à Europa, recebeu a angustiante notícia da morte da mãe. A amada maior de sua vida havia partido sem dizer adeus.

Quando regressou de sua primeira viagem à Europa, trouxe o nosso herói o manifesto futurista do italiano Marinetti, e uma francesinha, Henriette Denise Bonfleur, a Kamiã, que havia sido rainha dos estudantes de Montparnasse. Passaram a viver juntos e, dois anos depois, nascia José Oswald de Andrade Filho, que Oswald apelidou de Nonê, uma síntese de *nosso nenê*, como os pais o chamavam na infância. Nonê manteve o apelido, mesmo quando, pintor, tornou-se figura atuante na vida artística paulistana e o maior companheiro e amigo do pai, de quem seria também concunhado.

Cinco anos depois, Oswald encerra seus amores com Kamiã, que tiveram como contraponto, em dias de ciúme, aventura e tragédia, a paixão por outras duas

mulheres: a ninfeta Landa Kosbach e a normalista Maria de Lourdes.

Naquela sua primeira viagem à Europa, Oswald de Andrade descobre, ainda a bordo, "uma criança loira e linda, que não teria onze anos e dançava como uma profissional. Chamava-se Landa

Kosbach e ia estudar bailado no Scala de Milão" ⁽¹⁾. A adolescente viajava com "uma velha cheia de vidrilhos", que se dizia sua mãe e casada com um homem de negócios norte-americano. Oswald logo se relaciona com a velha. Acompanha-as a Roma, Paris, Milão. Regressando ao Brasil, não es-

quece a ninfeta: "Landa encheu meus dias de bordo" ⁽¹⁾.

Em 1914, Landa chega da Europa, fugindo da guerra. Tem dezesseis anos, "uma flor de carne musculosa e doirada. Com a velha atrás, cheia de vidrilhos" — Mme. Schindelar — que Oswald descobre ser avó e não mãe da jo-

vem. Leva ambas para a casa do pai viúvo, onde já estava Kamiã, com seu filho Nonê. Só pensa em conquistar a adolescente. Esta, por sua vez, começa a provocá-lo. Exibe-se em trajes sumários. Uma manhã abre o roupão e mostra-se para ele, inteiramente nua. Era de-



Abaporu (o antropólogo), o mais famoso quadro de Tarsila, que o pintou, em 1928, para presente de aniversário ao marido Oswald de Andrade. Foi o ponto de partida para o Manifesto Antropólogo.

maís! Oswald passa a agir abraçado por uma paixão irrefreável.

A velha cheia de vidrilhos escreve-lhe cartas desafiadoras, chamando-o de Aranha Vermelha. Ele não desanima. Arranjaram um tutor para Landa: Coelho Neto, "o bestalhão máximo de nossa literatura"; Oswald decide ir "raptá-la no antro livreiro". A moça recusa. Quando o tutor foi Amadeu Amaral, Oswald compareceu duas vezes à casa do poeta a fim de pedi-la em casamento, sendo recusado. Durante uma temporada no Rio, planeja simular uma filmagem, com câmera e todos os apetrechos instalados num carro, a fim de raptar Landa, quando ela saísse de casa a caminho do banho de mar no Flamengo, em companhia do padrasto americano. Também não deu certo.

Depois de inúmeras peripécias e de atritos com o pai e com Kamiã, conclui que "Landa é a mais extraordinária das putas". E ele, que sonhava em francês, "d'une calme existence à deux, sous le regard des anciens dieux du foyer".

Um dia, a professora de piano de Kamiã trouxe para o almoço "uma prima esquelética e dramática, com uma mecha de cabelos na testa" (1). Chamava-se Maria de Lourdes Dolzani Castro. Tinha o apelido de Deise, estudava na Escola Normal e morava no Brás.

Estamos no ano de 1917. O.A. havia alugado uma *garçonnière* no rua Libero e torna-se logo uma espécie de musa daquele círculo boêmio. Passa a ser chamada de Miss Cíclone, assim mesmo, com a tônica na primeira sílaba. Deise, Cíclone ou Tufozinho é querida por todos. Nasce, assim, *O Perfeito Cozinheiro das Almas deste Mundo*, um diário coletivo, escrito com tinta verde, roxa, vermelha e até a lápis, num grande livro de contabilidade. Há versos, piadas, desenhos, colagens, recortes. Enfim, o repositório de uma criatividade anárquica, surrealista, dada, concretista e, sobretudo, miramar-oswaldiana, como aquele poema em carimbo. Durou dois anos, 1918-19.

Miss Cíclone engravidou. Oswald põe em dúvida a paternidade. Certa vez havia visto a moça entrar numa casa amarela, perto da rua Anhangabau, que soube ser uma pensão de rapazes. Enciumado, sugere o aborto. Sobrevém uma hemorragia. O útero tem de ser extirpado. Por fim, a tuberculose leva Miss Cíclone a se consumir num hospital. Oswald vive a tragédia de noites de angústia e vigília. Casa *in extremis* com aquela que seria, na certidão de óbito, Maria de Lourdes Castro de Andrade. O casamento, na Santa Casa, teve como padrinho Monteiro Lobato e foi celebrado pelo amigo e advogado Vicente Rao. Um recorte do aviso fúnebre de Miss Cíclone encerrou *O Perfeito Cozinheiro das Almas deste Mundo*. Restou ainda, de Deise, um busto feito por Brecheret. E a saudade. E o desamparo. "A que encontrei, enfim, para ser toda minha, meu cídme matou. Estou só e a vida vai custar a refflorir." (2)

A vida reffloriu com Tarsila do Amaral.

Tarsila, quando conheceu Oswald, já era a artista sensível e de grande talento. Viajara à Europa diversas vezes. Em 1922, ano da Semana, regressa de Paris e integra-se no movimento modernista de São Paulo, através do "grupo dos cinco": Tarsila e Anita Malfatti, Menotti del Picchia, Mário e Oswald de Andrade. Já havia pintado *Capirinha* e *A Negra*, prenunciando Pau-Brasil e a Antropofagia.

O casal, que Mário de Andrade chamava de Tarsilwald, uniu abastada burguesia rural do café com a rica burguesia urbana dos imóveis.

Em 1923 estão em Paris. Visitam a Itália. Tarsila estuda na academia de André Lhote, é aluna de Albert Gleizes, freqüenta o atelier de Fernand Léger. Oswald apresenta a ao poeta Blaise Cendrars, que teria grande importância no lançamento da pintura brasileira no mundo artístico e intelectual, onde se alinhavam grandes nomes: Brancusi, Cernuschi, Diaghilev, Eric Satie, Girardoux, Jean Cocteau, Superville, Jules Romains, Max Jacob, Milhaud, Picasso, Stravinsky...

Em 1924 Cendrars vem ao Brasil. Carnaval carioca. Semana Santa nas cidades históricas de Minas. Oswald lança o *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*; Tarsila expõe paralelamente a tela *E.F.C.B.*, pintura pau-brasil. No mesmo ano é publicado o romance *Memórias Sentimentais de João Miramar*. No ano seguinte saem as *Poesias Reunidas*, com ilustrações de Tarsila (3).

Em 1926, o casal Tarsilwald, além da habitual estada europeia, parte do Havre rumo à Grécia, Turquia, Israel, Egito, pois, como diz uma epígrafe de *Serafim Ponte Grande*, "mundo não tem porta". No mesmo ano, Tarsila faz, com grande êxito, sua primeira individual em Paris. No dia 30 de outubro ela se casa com Oswald, no palacete da rua Barão de Piracicaba, 44. Vestia um modelo de Poinet, o costureiro amigo de Léger, feito com um tecido de brocado do casamento da mãe de Oswald. (Sempre a lembrança maternal) O padrinho do noivo foi Washington Luís Pereira de Souza, presidente eleito.

Em troca de alguns terrenos em Pinheiros, Oswald adquire do pai de Tarsila a fazenda Santa Tezeta do Alto, no município de Jundiá. Passam a viver alternadamente na fazenda e no palacete da Barão de Piracicaba.

Em 1928 Tarsila pinta uma tela para ser dada de presente ao marido, em seu aniversário — uma figura gigantesca, de cabeça pequenina, pernas e pés enormes. Oswald e Raul Bopp dão ao quadro o nome de *Abaporu*: em tupi *abá*, "homem" + *poru*, "que come gente" (igual) antropófago. Nasce daí o *Manifesto Antropofágico*, que lança o célebre e importante movimento. O *Abaporu* seria exposto em junho, em Paris, com outras telas da fase antropofágica.

O casamento de Oswald e Tarsila durou quatro anos. Em 1930 estão separados.

Em *A Escada* — último volume da trilogia *Os Condenados* — surge a Mongol, revolucionária ligada ao mundo subterrâneo da III Internacional. A militante Mongol é Pagu.

O.A. conheceu a quando ainda vivia com Tarsila. Ante o zai-

go da família do escritor — Rua 17, nº 17, no Cemitério da Consolação — assumem o compromisso de se casar, conforme conta o próprio Oswald, num dos cadernos de notas, que intitulou *Romance de Anarquista ou Livro das horas de Pagu que são minhas*.

Do casamento nasceu um filho, Rudá Poronominare Galvão de Andrade, hoje cineasta e crítico de cinema.

Foi Patrícia Galvão, a Pagu (4), quem ajudou O.A. a trocar o papel de "palhaço da burguesia" pelo de "casaca-de-ferro da Revolução Proletária". Ele ingressa no Partido Comunista.

Em 27 de março de 1931 ambos lançam *O Homem do Povo*, tablóide panfletário, que pregava a luta de classes. Nas páginas do novo jornal, Oswald investe contra a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, repelindo "esse Direito ali ensinado para engrossar a filosofia do roubo que caracteriza o capitalismo" — ele que se tornou apenas para atender a um desejo materno e foi até orador do Centro Acadêmico XI de Agosto. A redação ficava na praça da Sé, esquina de Floriano Peixoto. As 11 horas da manhã do dia 9, os estudantes tentaram galgar as escadas e empastelar o jornal, mas nada conseguiram, esbarrando inclusive na firme e decisiva coragem demonstrada por Pagu. No dia 13, novos incidentes servem de pretexto para a polícia silenciar *A Voz do Povo*, proibindo o jornal de circular.

Em 1933, Pagu publica, a expensas de Oswald, *Parque Industrial*, romance proletário (5). Oswald, por sua vez, publica *Serafim Ponte Grande* e *O Rei da Velã*.

A militante Pagu vai correr mundo: Hollywood, Tóquio, Xangai, Vladivostok, Moscou, Alemanha, França. De volta ao Brasil (1935) rompe com Oswald. É presa como comunista. Libertada em 37, é presa novamente em 38. Sai do cárcere em 1940, pesando 44 quilos, após haver sofrido torturas hediondas. E então que passa a viver com o escritor e jornalista Geraldo Ferraz. Conheci essa valente mulher no Rio de Janeiro, desgastada pelos sofrimentos e corroída pelo álcool. Soube, tempos depois, que tentara duas vezes o suicídio.

Em 34 Oswald de Andrade publica *O Homem e o Cavalo*, peça escrita para o Teatro da Experimentação, de Flávio de Carvalho, fechado pela polícia no ano anterior. Oswald tem um romance com a pianista Pilar Ferrer, que conheci nos estúdios da Rádio Cultura, no Parque Jabaquara, em São Paulo, onde eu era cronista e ela ia dar um recital pela emissora. Era mulher de beleza impressionante. Extrovertida, simpaticíssima, estava sempre radiosamente alegre, sorrindo com todas as pérolas. Constatava que vivera com Raul Bopp e, depois, com Cláudio Arrau.

A mais bela das mulheres de Oswald de Andrade foi também a mais efêmera. Segundo me disse Eduardo Maffei, foi presa acusada de servir de isca no chamado "pulo dos noves", cujo chefe era o pai dela. Tratava-se de um ardil para ganhar dos incautos no jogo cartado e que deixou de pular quando quem caiu na cilada foi o general Góis Monteiro.

O poeta e cônjuge Oswald de Andrade era também um pigmalão.

Flávio de Carvalho estava morando na casa do pai, na praça Osvaldo Cruz, ocupando o andar térreo. Um pequeno grupo lá estava, conversando, quando irrompeu no recinto Oswald de Andrade, com uma jovem de cabelo "à la home", que ele apresentava: Julieta Bárbara, poetisa surrealista. Professora da escola primária, era agora autora de um livro de versos, *Dia Garimpo* (6), do qual me deu um exemplar, com dedicatória datada de 2-8-1939. Eu a conhecera em Piracicaba, com as duas irmãs, depois reunidas no casarão que O.A. alugou, na rua Martiniano de Carvalho, 689. Eram as Guerrini, que, valendo-me de um verso de Manuel Bandeira, passei a chamar de "as três mulheres do Sabonete Arará". Julieta casou-se com Oswald, em dezembro de 34. Adelai casou-se com Nonê, e Erclia casou-se com o professor Antônio Osvaldo Ferraz, o Tônico de Piracicaba. (Foi esta última que, ainda solteira, Oswald de Andrade me disse estar ameaçada por "um jagunço celerado, que pretendia raptá-la para a selva". O jagunço era Noel Nutels, que se divertia com tanta indignação, alegando que apenas convidara a moça a ir com ele para o Xingü.)

Laços de estreita amizade me ligavam ao casarão da Martiniano de Carvalho. Foi um tempo de fecunda criação para Oswald. Publica *A Morte*, dedicada a Julieta Bárbara. Trabalha febrilmente na redação de *Marco Zero*, que se estende em numerosos cadernos de notas; lê para mim, divertido, trechos do volume que se intitulava *O Boco do Escarro*, cujo cenário era a pequena travessa entre as Ruas XV e São Bento, onde, saíentou, viu um sujeito vender um autógrafo falso da Severa.

O.A. era de uma trepidação impressionante. Redigia cadernos e mais cadernos de notas, memórias, reflexões, apontamentos literários, o diabo. Sempre teve a intenção de publicar suas memórias, que mudavam de título. Num de nossos bate-papos, anunciou que sairia *A Vida Gozada de Oswald de Andrade*. Pouco depois, entusiasmado, contou-me os planos de uma obra autobiográfica, que terminaria com uma apoteose de Julieta Bárbara, "o anjo moreno de Piracicaba"; no prólogo, o autor anuncia: "lo sono un personaggio d'opereaaaaa!"

Em 42 Oswald está separado de Julieta Bárbara. No mesmo ano anuncia que se casou, "em últimas nupcias", com Maria Antonieta d'Alkimin, "o reencontro materno".

Trazias nas mãos
Alguns livros de estudante
E os olhos finais de minha mãe.

São versos do *Cântico dos Cânticos para Flauta e Violão* (símbolos sexuais?), poema de beleza e amargura, em que o nome completo da amada é repetido várias vezes, como *leitmotiv*, entre evocações oníricas de uma lírica edipiana:

Gesto de pudor de minha mãe
Estrela de asas abertas
Não sei quando começaste em mim
Em que idade
Em que eternidade
Em que revolução solar
Do claustro materno
Eu te trazia no colo
Maria Antonieta d'Alkimin.

O casal vai morar num apartamento do 5º andar, na rua Dr. Ricardo Batista, 18, perto da rua Santo Antônio, no centro da cidade. Tem dois filhos: Paulo Marcos e Antonieta Marília.

O.A. continua incansável. Colabora em jornais e revistas, com artigos e polémicas que se transformam em livro, como *Telefone e Ponta de Lança*. Publica dois volumes de *Marco Zero* (1943 e 45). Apresenta teses para concursos na Faculdade de Filosofia da USP: de Literatura Brasileira (1943), *A Arcádia e a Inconfidência Mineira*, e de Filosofia (1950), *A Crise da Filosofia Messiânica*. Candidata-se a deputado federal pelo PRP (1950), com um programa obviamente progressista. Elabora a organização do Departamento Nacional de Cultura, cujo projeto entrega a Cassiano Ricardo (1951). E conta, em todos os trabalhos, com a ajuda de Antonieta, mulher zelosa e secretária diligente.

Oswald, como sempre, preenche a mão cadernos e mais cadernos de notas. Um deles vem do hospital onde se internou, vítima de uma asma cardíaca agravada pelo diabetes; traça liricamente nesse caderno, com grande ternura, o retrato de Maria Antonieta na primeira vez que a viu. Foi esse anjo — Maria Antonieta d'Alkimin — quem cuidou do marido em seus últimos anos de vida: vigiando-o para que, cardíaco, não se excessasse em seus entusiasmos, nas discussões ideológicas e literárias; providenciando as frutas para o seu regime; trazendo-lhe os chinêlos para o seu conforto; dando-lhe os remédios nas horas certas.

Toma conta do céu
Toma conta da terra
Toma conta do mar
Toma conta de mim
Maria Antonieta d'Alkimin.

Enfermo, Oswald angustiava-se. Perdera os terrenos de Cerqueira César. Estava pobre. Temia pelo arrimo da viúva e dos filhos. Escrevia cartas desesperadas, tentando vender algum quadro valiosíssimo de sua coleção. Tudo inútil. Escritor — um homem sem profissão. Depois que ele morreu — 22 de outubro de 1954 — a viúva ficou de fato ao desamparo com os dois filhos. Paulo Marcos morreu atropelado. A mãe recorreu ao suicídio. Ficou Antonieta Marília — a quem o pai dedicara os versos de *O Escarvalho de Ouro* — para relembrar os dias trágicos do fim e a glória de um grande guerreiro que tomou lutando.

Notas bibliográficas

1 — ANDRADE, Oswald de. *Um homem sem profissão*. Memórias e Confissões. Vol. 1: 1890-1919. Sob os ordens de mamãe. 2. ed. Prefácio de Antônio Cândido. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.

2 — ANDRADE, Oswald. *Os condenados*. 3ª ed. (Alma) estrela de abstinência. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

3 — ANDRADE, Oswald. *Poesias reunidas*. Prefácio de Paulo Prado. Intr. Haroldo Campos. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1963.

4 — GALVÃO, Patrícia. Pseudônimo Mara Lobo. *Parque Industrial*, romance proletário. São Paulo, edição da autora, 1933.

5 — BÁRBARA, Julieta. *Dia garimpo*. Ilustrações da autora. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939.



Sanguinário diário, escritor e jornalista, é um dos raros livros, lido como última longa apêndice, pela Crítica Brasileira. Deuses da África e do Brasil. Fidejuro do autor para correspondência: na Marchal Mascarenhas de Moraes, 1221/122, 220/21 — Rio de Janeiro RJ.

“Manifesto Antropófago”

(um breve comentário)

Hildeberto Barbosa Filho
Universidade Federal do Paraná

OSWALD DE ANDRADE
1890-1990

Publicado inicialmente no nº 1 da *Revista de Antropologia*, em 1º de maio de 1928, o *Manifesto Antropófago*, de Oswald de Andrade, significa a radicalização, não definitiva, de suas propostas estéticas e culturais.

Os planos teóricos do “Manifesto da Poesia Pau-Brasil”, de 1924, concretizados na prática poética dos primeiros experimentos modernistas — *Pau-Brasil* (1925) e *Primeiro Caderno de Poesia do Alano Oswald de Andrade* (1927) — revelam a inquietação artística do autor em face dos cânones literários da época, ainda fertilizada pelas sementes caducas do Parnasianismo. Daí, a oposição sistemática aos procedimentos técnicos deste “estilo”, subvertendo a concepção literária do modelo e da imitação dos “mestres do passado”.

A postura clássica do conservadorismo estético, Oswald de Andrade opõe a experiência poética extraída do universo primitivo ou da pureza da criança. Os poemas de *Pau-Brasil* são brevíssimos, anti-retóricos, humorísticos e críticos, espelhando o aspecto lúdico e anárquico, primitivista e cortante, da produção do autor, de acordo, portanto, com a poética defendida no primeiro manifesto. Contudo, a idéia básica existente neste, idéia do confronto entre o “lado doutor” versus “as selvagens selvagens” e “a escola” versus “a floresta”, fulcra na “síntese”, no “equilíbrio”, no “acabamento de carrosserie”, na “invenção”, numa “nova perspectiva” e numa “nova escala”, vai amadurecer com o *Manifesto Antropófago*, por sua vez retomado, em suas diretrizes fundamentais, em dois textos posteriores ao clima de efervescência estética do primeiro momento modernista. Refiro-me a *A Crise da Filosofia Messiânica* (1950) e ao pequeno artigo “Um aspecto antropofágico da cultura brasileira: O homem cordial”.

A propósito, desde *Pau-Brasil*, passando pelo *Manifesto Antropófago* até os textos finais, Oswald de Andrade tenta equilibrar duas vertentes, como sugere Haroldo de Campos: uma “destrutiva”, dessacralizadora; outra “construtiva”, rearticuladora dos antigos materiais desierarizados, resultando ambas interligadas, “permeáveis, como o verso e o reverso da mesma medalha” (1). Esse equilíbrio, no entanto, não elide a perspectiva de que há um crescendo teórico, um aprofundamento e uma maturação no campo das idéias, a ponto de invalidar, penso eu, colocações como as de Wilson Martins, no sentido de que a Antropofagia defendia o mesmo programa do Pau-Brasil, apenas com “um pouco mais de nervo” e “com certa proximidade enxudiosa”, uma vez que ambos se opunham ao grupo “Verde-Amarelo” e ao da “Anta”, pelos seus vínculos oficiais e oficiosos (2).

Ora, veremos que as afirmações do crítico são superficiais, vistas, sobretudo a perquirência dialética da “deglutição” no *Manifesto Antropófago*, bem mais madura e sem o maniqueísmo ingênuo do *Manifesto Pau-Brasil*, muito embora a idéia de devoção antropofágica já esteja intuída aqui, como podemos observar nesta passagem: “Apenas brasileiros de nossa época. O ne-

cessário de química, de mecânica, de economia, de balística. Tudo digerido. Sem meeting cultural. Práticos. Experimentais. Poetas. Sem reminiscências livrescas. Sem comparações de apoio. Sem pesquisa etimológica. Sem ontologia” (3).

A idéia de deglutição cultural leste neste passo, envolvida contudo em fronteiras contraditórias. Percebe-se o traço futurista das “sem reminiscências livrescas” e “sem pesquisa etimológica”. No entanto, no *Manifesto Antropófago*, a conversa vai ser bem diferente: à escola não se opõe a floresta e nem ao civilizado o selvagem. Redefine-se o selvagem com características *up-to-date*. Não se trata, por conseguinte, da negação mecânica e do jogo antagônico entre dois pólos diversos, mas evidentemente de uma fusão transfiguradora, de um processo assimilatório de índole construtiva e crítica, com base na metáfora canibalésca do gesto antropofágico.

Um pouco de história: a vida do *Manifesto Antropófago* se funde e confunde com a vida da *Revista de Antropologia*, em dupla “dentição”.

Publicado no primeiro número, não repercute como devia em toda primeira fase (1928/1929), marcada pela ingenuidade e pelo confucionismo. Segundo Augusto de Campos, “a emblemática da política cultural da revista”, vertida na “imagem do avestruz”, demonstra como a Antropofagia era vista no seu sentido mais “superficial” pela maioria, “não ultrapassando, no mais das vezes, a idéia da cordial mastigação dos adversários ostensivos do Modernismo” (4). Exceções havia (Oswald de Andrade e Oswald Costa), mas predominava a macaqueação rebarbativa e “retórica” de alguns ufanistas e neoparnasianos. De antropofagia mesmo existia a seção “Brasiliana”, com seus trechos de romance, notícias, cartões de visita, circulares, anúncios, tudo a denunciar a “amena poluição da imbecilidade através da linguagem cotidiana e convencional” (5).

Não obstante, é na chamada “Segunda Dentição” que o ideário antropofágico vai repercutir na prática textual dos colaboradores, honrando e correspondendo ao título da revista. Publicada semanalmente em uma página do jornal *Diário de São Paulo*, esta fase se inicia em 17 de março e termina em 1º de agosto de 1929. Aqui, as postulações do *Manifesto Antropófago* recebem um tratamento sistemático e resulta definido o contorno estético da revista.

Composto de 52 parágrafos, o *Manifesto Antropófago* permanece como a grande síntese estética e cultural da primeira fase modernista, envolvida com as especulações das vanguardas europeias, conformando, pois, o que João Luiz Lafetá identifica como “o projeto estético” para diferenciar do “projeto ideológico” da segunda fase (6).

É preciso, contudo, verificar que o *Manifesto Antropófago* transpõe o limiar da questão estética e, em sua síntese transgressora, visa a uma reletura, radical e multifária, da cultura brasileira. O primeiro parágrafo deixa bem claro o propósito: “só a

antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente” (7).

Em outras palavras, só a devoração cultural abrirá os caminhos para nossa identidade. O texto, nesse nível, vai dialogar com os múltiplos códigos da cultura alienígena, enfatizando obviamente o processo de transformação por que passam no contato direto com uma realidade diferente. O ponto central está no parágrafo: “Tupy or not tupy that is the question”; em que o corte paródico do discurso já alerta para a necessidade de encarar, sem influências estrangeiras, o problema da nacionalidade.

Problematicando o elemento nacional e deglutindo conceitos e métodos das vanguardas europeias, o *Manifesto Antropófago* significa um esforço de operação dialética no sentido de captar a especificidade de uma cultura. Sem negar, *a priori*, a herança do mundo civilizado, prefere prová-la pelo gesto antropofágico, resguardando o que lhe serve na construção de uma mentalidade: insubmissa, rebelde, criadora e crítica.

Segundo Lúcia Helena, o *Manifesto Antropófago* se estrutura numa tensão básica, porém de força sintetizadora em sua configuração dialética, entre dois “espaços significantes”: “O Patriarcado Messiânico” X “O Matriarcado de Pindorama” (8). Lá, os traços estilísticos e ideológicos comungam com a cultura acadêmica e a retórica clássica, servindo aos interesses das elites dirigentes que ocupam o “espaço do poder”; aqui, se articula um enfoque antagônico à linguagem do poder, corroendo-a e criticando-a.

Levando em conta a seriedade e o conservadorismo (ético, social, estético e político), representados pela cultura patriarcal de índole messiânica, ou seja, aquilo que a estudiosa carioca define como “a linha do bom-senso e do bom-gosto”, o segundo “espaço significativo” se impõe como texto que carnaliza o primeiro espaço, compondo-se como uma contra-ideologia, na “linha do muito riso e pouco sério”, da seriedade acadêmica. Passa a existir, portanto, uma dialética do “sim X não”, entrevista particularmente nos seguintes elementos: “na linha do sim, a qual Oswald dá o seu aval, situam-se: a nação caraiíba, a revolução caraiíba, os filhos do sol, a magia e a vida, a idade de ouro, a mitologia indígena brasileira e o matriarcado de pindorama”. Na linha do não, acrescenta a autora, “que Oswald carnaliza e deglute pela contraposição paródica da primeira, instalam-se a cultura europeia, a Revolução francesa, as elites vegetais, o determinismo, a lógica racionalista, a realidade social vestida e opressora, o patriarcado messiânico” (9). Em síntese, seria a “transformação permanente do tabu em totem”, de acordo com o próprio autor do manifesto.

Outros aspectos merecem ser comentados.

Em primeiro lugar, devemos perceber que, mesmo em se tratando de um texto ensaístico, de caráter programático e expositivo, não elide, contudo, a marca da criati-

vidade. Muitas das propostas de reformulação poética da linguagem, de raízes futuristas e dadaístas, estão incorporadas ao espaço textual e intertextual do manifesto, como a prática das palavras em liberdade, a ausência de pontuação, a presença de neologismos, o léxico indígena, uma sintaxe antidiscuriva, nominal e sincopada. A passagem a seguir é bem ilustrativa: “Já tinha o comunismo. Já tínhamos a língua surrealista. A idade de Ouro. Catiti Catiti Imara Notiti Notiti Imara Ipeju” (10).

Por outro lado, o manifesto funde, no plano da expressão e da imanência, o saber civilizado com o saber primitivo. Nomes como os de Moisés, Freud, Levi Brühl, Keyserling, Vieira, Alencar, Napoleão, César, William James, Goethe contraponem com Jaci, Jabuti, Guaraci etc., numa mistura típica de banquete, onde o “manjar” predileto são os ingredientes culturais, numa perspectiva construtiva, por assim dizer, e não propriamente nilista como sugerem alguns.

A propósito, tais sugestões se prendem ao fato de vincular mecanicamente o *Manifesto Antropófago* ao *Manifesto Canibal Dada*, publicado na revista *Dadaíade*, em 1920.

Ora, as diferenças entre as propostas dos dois manifestos são gritantes, sobretudo considerado o aspecto ideológico da questão. No *Manifesto Canibal Dada*, o anarquismo do projeto implica um negativismo nilista total, na destruição da arte e do saber, enfim numa atitude suicida e desesperada. No *Manifesto Antropófago*, por sua vez, o anarquismo existente impõe uma nova ordem e revela um projeto construtivo no escopo de resgatar as raízes de nossa identidade cultural com sua marca de sincretismo. Sem postular o novo pelo novo, o nosso manifesto dialoga com a tradição, culta e popular, projetando-se no futuro através da “marcha das utopias” e da estética tropicalista.

NOTAS

1 — CAMPOS, Haroldo de — “Uma poética da radicalização”, in *Poesias reunidas de Oswald de Andrade*. São Paulo, Difusão europeia do livro, 1966, pp. 5 a 74.

2 — MARTINS, Wilson — *O Modernismo*. São Paulo, Cultrix, sd, p. 9.

3 — ANDRADE, Oswald de — “Manifesto da Poesia Pau-Brasil”, in TELES, Gilberto, Mendonça — *Vanguarda Europeia e Modernismo Brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1978, p. 271.

4 — CAMPOS, Augusto de — *Poesia, Antipoesia, Antropofagia*. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978, p. 110.

5 — CAMPOS, Augusto de — Op. Cit. p. 111.

6 — LAFETÁ, João Luiz — *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo, Duas Cidades, 1974, pp. 11 a 25.

7 — ANDRADE, Oswald de — *Manifesto Antropófago*, in TELES, Gilberto Mendonça, Op. Cit. p. 293.

8 — HELENA, Lúcia — *Uma literatura antropofágica*. Fortaleza, Edições da UFC, 1982, p. 91.

9 — HELENA, Lúcia — Op. Cit. p. 97.

10 — ANDRADE, Oswald de — Op. Cit. p. 296.



Hildeberto Barbosa Filho é poeta e crítico literário, autor, entre outros, de *A Condição Crítica* (ensaios) e de *A Geometria da Poética* (poemas). Endereço do autor para correspondência: Rua Venâncio José Neto, 162 — 38050 — João Pessoa — PB.

Joaquina, a filha de Tiradentes



Joaquina foi marcada pela infâmia imposta à descendência de Tiradentes, pela sentença que a condenou à morte. É o tema do romance de Maria José de Queiroz, comentado nesta resenha.

Zina Bellodi Silva

Professora de Teoria da Literatura na Universidade Estadual Paulista — UNESP

Embora a publicação do romance *Joaquina, a filha de Tiradentes* de Maria José de Queiroz seja 1987, vale ser lembrado por ocasião do centenário da Inconfidência Mineira; não trata da Inconfidência propriamente dita, mas dos efeitos da "infâmia" decretada para o Alferes, o único réu condenado à forca. Joaquina é a filha bastarda de Tiradentes, a que sofre mais intensamente as consequências da "infâmia" que recai sobre o Alferes. Esse é o enfoque escolhido pela autora. A história é narrada através da visão de Joaquina (cerca de 3/4 da narrativa). Essa escolha permite que se conheça em profundidade a alma de Joaquina e a maneira como ela vê sua mãe, o que, seguramente, gera o conflito básico do romance.

A linguagem da narrativa é apurada, refinada, precisa; reporta-se a um falar de época, sem necessariamente ser reprodução, o que resultaria em relato histórico e não texto literário; este, basicamente, se caracteriza por um uso particular da linguagem. As expressões de época ("Quem tem bom vizinho tem quem salve do descaminho", p.36), a exploração dos costumes em termos de medicina caseira e natural, os hábitos alimentares, o tipo de alimento disponível no Brasil, conferem à narrativa um caráter especial: a tradução de um universo extremamente concreto (e particular), onde, entretanto, o que se privilegia é a análise psicológica (o universal) das personagens, especialmente Joaquina, que afiora desta narrativa até quando aparentemente ela não está se auto-analisando. A autocaracterização se dá sobretudo pelos detalhes que vão aparecendo ao longo da narrativa e que fazem o leitor "ver" Joaquina em toda sua complexidade.

Joaquina e sua mãe são o conflito mais importante da narrativa, mas aparecem outros, como os representados pelo tropeiro, pelo casal de portugueses, pelos fazendeiros em cujas fazendas são feitas as paradas, pelo negro Itacolomi, amigo do Alferes, só para citar os mais importantes e de interesse maior. Há momentos no livro, sobretudo quando é narrada a parte que se refere a Elisa, filha dos portugueses, em que a perspectiva narrativa se altera para poder ocorrer o mergulho no interior do conflito, o que Joaquina, em primeira pessoa, não poderia fazer, a não ser às custas da verossimilhança, ou

usando outro tipo de recurso narrativo.

A história ganha interesse especial porque relata o que aconteceu à filha do Alferes, por causa da "infâmia" decretada pelos poderes constituídos. Embora, fundamentalmente, seja a história de um dos descendentes do Alferes, a narrativa se reporta com certa frequência à própria Inconfidência, aos seus motivos, seus objetivos; o procedimento usado é explorar a curiosidade da filha bastarda, procurando informar-se sobre o pai, ou simplesmente ouvindo as conversas dos adultos que a podem ilustrar; seu sentimento pelo pai ora é de amor a ele e à sua causa, ora de rejeição; suas atitudes são absolutamente compreensíveis, visto que Joaquina quem sofre a consequência mais forte dos fatos ocorridos; sua mãe, embora sofra, pode-se inferir, tem a lembrança do amor vivido e o "consolo" da punição, porque transgrediu a norma — envolveu-se com o amor sem o respaldo econômico e do casamento e com um homem que se tornou maldito; Joaquina, ao contrário, tem apenas a punição. Ela tem motivos para sofrer, porque é fruto involuntário de uma situação pela qual não é responsável mas da qual sofre as consequências, embora muitas vezes sinta orgulho do pai. Ela tem de viver às escondidas, tem de fugir, tem medo de ser reconhecida, porque teme pela reação das pessoas, pela denúncia, pelo castigo, pela "infâmia". Itacolomi é encarregado de escondê-la, o que faz em seu barraco, até encontrar a fazenda do Sr. Anacleto, lugar seguro, onde passam 10 anos; aí Joaquina teve oportunidade de educar-se junto com as filhas do fazendeiro, fazer boas amizades e aprender formas de sustento para si e sua mãe.

Joaquina é a narradora de boa parte do romance. A mudança de perspectiva se dá por volta da p.201 e esse recurso dá liberdade para interpretar a vida mental das outras personagens sem, no entanto, perder de vista o mergulho no interior de Joaquina, como ocorre na passagem da p.202. Joaquina é o centro da narrativa mas, em certos momentos, é vista por outros. Há uma parte da narrativa (mais ou menos a partir da p.200) que se volta para a análise de Elisa, sua posição na família, o modo como esta se comporta, o que está programado para ela, como se organizam as circunstâncias que,

afinal, decidem seu destino. Esta parte da narrativa evidencia a diferença, não só de nível econômico, existente entre Joaquina e Elisa, mas sobretudo o que isso significa para o destino de ambas, pois as oportunidades de uma e outra não são iguais.

Depois dessa parte, Joaquina volta a ser o centro da narrativa. Agora começa o confronto entre os dois destinos: Joaquina e Elisa. Elisa, incentivada pela negra Naná, destacada por seu pai para vigiá-la, acaba por escolher seu próprio destino e desrespeitar ordens. Naná, a negra de idéias bem definidas, persuade-a de que, sendo branca, pode escolher seu amor. A negra não. Ela encontra coragem para desobedecer aos pais, entregar-se ao amor do holandês, desprezando o casamento arranjado pela família. Joaquina enfrenta a dura experiência de não viver o amor, embora a oportunidade lhe tenha sido oferecida. O discurso da mãe fora incisivo demais, e Joaquina encontra os argumentos que a persuadem a refugiar-se do amor. Ela não conta com o incentivo de uma escrava... Calçada na opinião da mãe, por imposição de seus argumentos, incluindo a "autorização" para casar-se com José Afonso, concorda que o rapaz que a ama e por quem se apaixonou (embora não o confesse claramente) é "moço rico", que se aproveitará dela tão-somente; que para se casar sem complicações ela precisa omitir sua origem, não apresentando sua própria identidade, adotando apenas o nome do marido — assim sua filiação será definitivamente esquecida; entre outros há, finalmente, talvez o argumento decisivo, a discussão entre Joaquina e sua mãe (p.284), ponto alto da narrativa, ao fim da qual a mãe lança uma "praga de mãe" que, segundo ela, ninguém é capaz de desmanchar. Talvez o que mais doa seja o fato de Joaquina ter dito à sua mãe o que ela pensa sobre o seu caso com o Alferes. A praga da mãe foi o golpe de misericórdia para Joaquina decidir-se a viver só, apesar do amor bater-lhe à porta, apesar da insistência do rapaz, fazendeiro rico, bem-intencionado, apesar das garantias de felicidade que ele lhe oferece: um lar, um nome, um amor a ser vivido pelos dois sem prescindir da presença da mãe de Joaquina (mas a mãe recusara-se a viver na fazenda porque já havia decidido viver, morrer e ser enterrada em Vila Rica).

Gostaria de esclarecer o que entendo por "ponto alto" da narrativa. Refiro-me à cena narrada às pp.283-288 — Joaquina e sua mãe se defrontam e dizem definitivamente o que uma pensa da outra. Para Joaquina a mãe foi leviana, prevaricou na ausência do Alferes, e não foi por ele abandonada (tanto que a elas nada faltou, porque os amigos dele sempre proveram suas necessidades); para a mãe, Joaquina está sendo injusta, pois não percebe o quanto ela se sacrificou pela filha, que o Alferes não cuidou de seus bens, que ela perdeu escravos que lhe pertenciam etc. Ao ouvir a acusação de que as duas vivem na desgraça desde que Joaquina nasceu, esta lhe responde que não pedira para nascer. Depois disso há a praga da mãe. Essa cena é decisiva para o desenrolar da ação e para a solução do conflito, pois o discurso que a mãe pronuncia para refutar o da filha, a partir de uma atitude aparentemente insana (p.285), decide o destino de Joaquina (pp.287-288).

— a mãe se desnuda e confessa o modo como se envolveu com o Alferes, usando de argumentos éticos que revelam sua imagem de ingênua, sonhadora, vítima de um homem que sonhou alto demais, tendo morrido por um ideal que ninguém viu concretizado. "O seu pai morreu por ela [liberdade]. Espere que você ainda a alcance" (p.288). Com esse argumento Joaquina se curva à mãe e à sua vontade: "não aceitaria o pedido de José Afonso. Por que ocultar a filiação? Por que esquecer o passado? Por que manter o sigilo em torno da origem? Cultivaria, também ele, preconceitos inconscientes e inconfessáveis?" (p.289). Joaquina é vencida pela força do argumento materno. Devo ressaltar o ritmo em que a seqüência é narrada, no qual prepondera notável dramaticidade.

Toda essa trama, sedutora, bem movimentada, atraente, com personagens, sentimentos e situações bem caracterizados e bem delineados, chega ao leitor como a história de uma vida pobre (Joaquina) e seu lado oposto (Elisa), a amargura de uma vida sem esperança e o sofrimento com possibilidade de levar à realização pessoal; trata-se de uma situação narrativa que cria a ilusão de realidade, fundamental para tornar significativo o universo ficcional da vida de Joaquina, simples, pobre, de moça que vive em Vila Rica com o fruto de seu trabalho manual e depois co-

mo copista de música, entremeada pela lembrança de sua viagem de volta, depois de 10 anos vividos na fazenda do Sr. Anacleto às escondidas; os fatos que, na verdade, compõem a trama romanesca aconteceram durante essa viagem de volta). Uma narrativa fascinante que traz a representação de um grande conflito — o relacionamento familiar inserido numa época, num determinado ambiente — século XVIII, zona rural (enquanto escondidas) e depois zona urbana, no momento em que acontece a condenação de Tiradentes e nos 10 ou 15 anos que se lhe seguem. O romance estabelece uma crítica muito séria ao relacionamento humano, apontando as suas principais dificuldades, crítica ao homem em sociedade e à injustiça, às crimes que se cometem em nome do Estado (no caso, a coroa portuguesa ditando normas à sociedade brasileira em formação, explorando-a humana e economicamente), crítica à ausência de liberdade que o regime monárquico impõe aos brasileiros.

Joaquina traz as marcas de romance — grande romance — pelo modo como a trama se ordena, pela linguagem que, sem repetir simplesmente a da época em que se passa a história, consegue transmitir o clima de época; *Joaquina*, sem dúvida, é um dos recentes exemplares do grande romance, categoria da qual traz as marcas inconfundíveis. As passagens e as situações estão repletas de significações, de tal maneira que a cada leitura se descobre um novo detalhe, quer da construção romanesca, quer da frásica; percebe-se um convite a ler uma parte e mesmo todo o romance. Isso acontece porque é escrito numa linguagem apurada, elegante, adequada às características de época e de personagens. Estas tornam-se conhecidas, embora nem sempre ocorra a delimitação clara dos caracteres — e aí está outro marca do livro: no mais das vezes "construímos" as características e não lemos a sua descrição.

Nota

Joaquina, filha de Tiradentes, de Maria José de Queiroz, é uma publicação da Editora Marco Zero, São Paulo, 1987. Endereço da editora: Rua Inácio Pereira da Rocha, 273 — 05432 — São Paulo-SP.

Zina Bellodi Silva é professora de Teoria da Literatura na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campus de Araraquara. Endereço da autora para correspondência: Rua Jucá Quilo, 591 — 14870 — Jaboticabal — SP.

Rebolo, o pintor urbano de São Paulo

Começando como pintor de paredes, Rebolo González se transformaria no paisagista lírico dos subúrbios paulistanos. Foi o fundador do Grupo Santa Helena, do qual participaram Mário Zanini, Alfredo Volpi, Aldo Bonadei, Clóvis Graciano e outros operários que, mais tarde, estariam entre os maiores nomes das artes plásticas do Brasil.

Sangirardi Jr.

Ilustração de Jorge Eduardo Alves de Souza

O pintor Rebolo foi um menino pobre. Filho de humildes imigrantes espanhóis, desde cedo teve de lutar pela vida. Naquele começo do século era imposta aos operários uma jornada de trabalho de doze horas e o menino Francisco cresceu ajudando os pais. Aos dez anos, levava marmitta para o irmão, um pintor de paredes. Aos doze, faz entregas numa fábrica de chapéus da ladeira São João, no centro de São Paulo, seu primeiro emprego. Três anos depois, o mestre Gino Catani, descobrindo a vocação artística do menino, dá-lhe emprego de auxiliar de decoração. Rebolo ingressa, assim, no mundo mágico das tintas e dos pincéis, no qual ficaria para sempre. Decora residências ricas dos fazendeiros de café, pintando nas paredes frisos, festões, ornatos diversos. E trabalha na decoração e restauração das igrejas de Santa Ifigênia e Santa Cecília.

Em 1922, ano da Semana de Arte Moderna, Rebolo exercia sua atividade artística nos campos de futebol. Dizem que era extrema-esquerda do Corinthians, onde tinha o apelido de Formiguinha. Mas, ao contrário do que se afirma em notas biográficas sobre ele, Rebolo não era do quadro principal do Corinthians, quando esse clube ganhou o chamado Campeonato do Centenário. Aliás, nenhuma referência ao seu nome encontrei nas notas esportivas dos jornais da época, nem mesmo antes de 22, quando estaria jogando no São Bento, nem em 26, quando pertenceria ao Ypiranga.

Foi em 1926 que Francisco Rebolo González abriu, na rua São Bento, um ateliê que funcionava mais como escritório, onde recebia encomendas para pintar residências. Nessa época, ainda jogador de futebol, preferia as rodinhas de artistas, no Café Paulista (praça Antônio Prado) ou no Café Guarani (rua XV de Novembro).

Até que surgissem as primeiras telas, a atividade desse paisagista paulistano foi marcada por um obscuro trabalho de artífice, o que deve ter contribuído para moldar sua personalidade e, portanto, sua arte, com um espírito de encantadora simplicidade.

Rebolo era baixinho, alourado, a fronte prolongando-se numa calva incipiente; rosto redondo, nariz pontudo como o do Pinocchio, um sorriso permanente na boca larga, de lábios finos, os olhos estreitos e alongados, em curva, que sorriam também. Ape-

sar da paixão pela sua arte, era um homem calmo, modesto, de fala mansa, o que lhe dava um ar de ingenuidade.

Francisco Rebolo González é o pintor urbano de São Paulo: alguns aspectos do centro da cidade e muitos de seus bairros operários e subúrbios. Carregava cavalete, tela e caixa de pintura pelos caminhos. . . E iam surgindo casas, ruas, árvores, muros, colinas, várzeas, quintais, recrados em cores suaves, com amor e lirismo. Nesses recantos, quando ele incluía a criatura humana, era mais como complemento da paisagem.

Conheci Rebolo em seu ateliê no Palacete Santa Helena, onde armara o seu cavalete, ao mesmo tempo que continuava no "comércio" de pintar residências. O ateliê ficava na praça da Sé e sua janela dava para a Catedral, cuja construção jamais terminava: ano após ano sempre em obras.

Foi em 1933 que Rebolo alugou no Santa Helena, por 120 mil réis mensais, a sala 231, que ficaria famosa pela sua importância na história das artes plásticas em São Paulo. Ali começou a pintar as suas paisagens. Um açougueiro, Fúlvio Penachi, passou a trabalhar também no ateliê de Rebolo. Chegaram em seguida dois pintores de paredes: Mário Zanini e Alfredo Volpi, artistas amadores, que haviam frequentado a Escola de Belas Artes, onde conhecera o ferroviário Clóvis Graciano. Alugaram a sala vizinha. Outros pintores vieram juntar-se ao grupo, como o bordador Aldo Bonadei, o factótum Manuel Martins e alguns outros.

Dois anos após, esses artistas passaram a ser conhecidos como o Grupo Santa Helena. Tinham um ponto em comum: eram todos de origem proletária e lutavam com grandes dificuldades para poder exercer sua arte. Lembro-me de que, certa ocasião, Graciano e Volpi aventaram a idéia de que as telas que pintavam fossem expostas em caminhões ambulantes e vendidas em troca de roupas, sapatos, gêneros, bebidas etc.

Os artistas do Grupo Santa Helena jamais se preocuparam em constituir escola. Figurativistas, tinham como modelo a natureza e a vida. Evitavam, assim, as deformações e abstrações que trazidas da Europa por uma elite cafeeira, eclodiram na Paulicéia Desvairada a partir de 22. Pintavam juntos, mas cada um seguia os seus próprios caminhos. Mostravam um ao outro os seus

trabalhos. Debatiam. Trocavam idéias com intelectuais, conversavam, bebiam, ouviam música. Foi no ateliê de Rebolo, numa reunião do Grupo, que ouvi pela primeira vez a 5ª Sinfonia de Beethoven.

Uma vez, encontrei Rebolo cheio de preocupação e revolta, pois a polícia política acusava-o de haver armazenado em seu ateliê armas utilizadas para pôr em fuga os 10 mil integralistas que pretendiam reunir-se na praça da Sé. Tudo ocorreu dia 7 de outubro de 1934, em fulminante ofensiva popular. Cinquenta anos mais tarde, em *A Batalha da Praça da Sé*, de Eduardo Maffei, foi que vim a compreender tudo: nesse livro, o historiador paulista comenta que, além de outros locais da praça, armas haviam sido guardadas numa das salas do Palacete Santa Helena, ocupada por um pintor de paredes, que seria confundido com o pacífico Francisco Rebolo González.

Com a participação dos pintores Valdemar da Costa, Paulo Rossi Osir e Vittorio Gobbi, o Grupo Santa Helena transformou-se na *Família Artística Paulista*. O movimento, que se anunciava como uma reação ao caráter elitista do Salão de Maio, recém-criado, teve sua exposição inaugural no dia 10 de novembro de 1937. Ao anoitecer desse dia, eu estava batendo a máquina minha crônica, na Rá-

dio Cultura, Parque Jabaquara, quando, do alto-falante instalado no forro da casa, caiu sobre minha cabeça uma verdadeira bomba: os termos da constituição fascista engendrada por Francisco Campos, o Chico Ciência — a famigerada *Polaca*. Terminada a crônica, fui ao Esplanada Hotel, para o coquetel de vernissage da mostra da *Família*. Na mesma noite, após um festivo jantar comemorativo na Ponte Pequena, com muito vinho e muito discurso, foi preso o pintor Manuel Martins, acusado de inimigo das instituições. Era o prelúdio do Estado Novo. Era o início de uma série de períodos negros, em que a extrema-direita daria combate acirrado à inteligência, à arte e à cultura.

O Grupo dissolveu-se, após dez anos de convivência. Rebolo mudou seu ateliê do Santa Helena para a rua Major Sertório. Já havia comprado um pequeno sítio no Morumbi, onde passou a residir. O humilde pintor de paredes tornou-se um artista consagrado. Ganhou várias medalhas em salões. Expôs na I Bienal de São Paulo. Expôs em Londres, onde quadros seus foram adquiridos pelo Museum of Modern Art. Prêmio de viagem do II Salão de Arte Moderna, de São Paulo, permaneceu dois anos na Europa, onde expôs na embaixada brasileira em Roma e fez um curso de restauração no Vaticano, talvez com saudade dos tempos de

menino, em que foi auxiliar na decoração de igrejas. Nesse meio tempo, sempre com espírito de grupo, fundou o Sindicato dos Artistas Plásticos de São Paulo (1936) e integrou a diretoria do Clube dos Artistas e Amigos da Arte, o famoso Clubinho da rua Bento Freitas, 306, subsolo, do qual foi fundador.

Vitorioso, Rebolo não perdeu a simplicidade. Continuou sempre afável, pintando os temas de sempre. Ao contrário do seu companheiro e amigo Alfredo Volpi, que aderiu ao abstracionismo e iniciou a quermesse das bandeirinhas.

Em 73, o Museu de Arte Moderna de São Paulo organizou a grande retrospectiva de Francisco Rebolo González. O artista tinha 70 anos. Tempos depois, começou a pintar ativamente para a exposição comemorativa do seu octogésimo aniversário. (Falou-me com entusiasmo sobre isso, na mostra Volpi-Rebolo, no MAM do Rio de Janeiro.) Um colapso levou-o antes, 10 de julho de 1980. O corpo foi conduzido para o cemitério do Morumbi, numa tarde cinzenta de garoa. No ateliê, ficou o seu último trabalho: uma pequena tela, com uma paisagem paulistana.

*Sangirardi Jr., escritor e jornalista, é autor de várias obras, tendo como último lançamento, pela Civilização Brasileira, *Deuses da África e do Brasil*. Endereço do autor para correspondência: rua Marcelino Mascarenhas de Moraes 122 — apto. 102 — 22030 — Rio de Janeiro — RJ.*



Eduardo Maffei: historiador e personagem

Nelson Werneck Sodré

Há bem mais de meio século, conheci, em Itu, um homem singular. Era humilde e trabalhador e vivia apenas para o seu trabalho. Sapateiro, merecia o apreço de todos. A singularidade estava em que ele sempre era mencionado como uma das figuras mais importantes da pequena cidade. Já naquele tempo, Itu era conhecida como um centro de grandes famílias enriquecidas na agricultura e na indústria e detinha uma espécie de elite daquilo que Alcântara Machado batizaria, muito depois, de "paulestas de quatrocentos anos". Acontecia, porém, que essa figura singular nem era brasileira. Estranho na cidade, procurei saber por que aquele imigrante, personagem apagada, se tornara de tal forma estimado e respeitado. Gabriel Maffei, este era o sapateiro, tinha sua humilde banca de trabalho na rua Direita, isto é, como sempre, a rua principal, depois chamada Floriano Peixoto. Sua casa ainda resta e ele a deixou à família, como fruto do seu trabalho. Aos anos e razão por que a cidade o estimava e admirava? Era simples e digno de menção: batendo a sola, a agulha e o fio, curvado sobre o trabalho, Gabriel Maffei educou os filhos. O mais velho, Eduardo Maffei, que estudara ali, nas escolas públicas e ingressara na Faculdade de Medicina, lhe acompanharia, depois, os passos, ajudando na educação dos irmãos. Maria Rozatti Maffei, "camponesa analfabeta que segara roças", zelava pelos filhos, enquanto o marido labutava rudemente, do alvorecer até noite entrada, ganhando o seu pão. Gabriel Maffei tinha preocupações intelectuais, entretanto. Fundou ali um jornal *O Liberal*, em 1929, e foi nele que o filho Eduardo começou a sua longa e variada carreira de colaborador de jornais. Dedicado ao estudo, fascinado pela leitura, Eduardo Maffei realizou uma proeza: conseguiu ingressar na Faculdade de Medicina, em São Paulo, por concurso, e isso logo o tornou pessoa destacada numa comunidade interiorana em que o ocorrido representava um feito memorável.

A Faculdade de Medicina, depois incorporada à Universidade de São Paulo, já era aquele estabelecimento de ensino superior cuja primazia era indisputada e que dela constituía patrimônio. Ingressar em seus cursos era, realmente, algo de importante e digno de menção — era um título. O estudante itano, entretanto, não se amedrontou com o feito. Como era devotado ao estudo, não aceitava, nem ali, que lhe ditasse normas em que não acreditasse. Começou a colaborar em *O Bisturi*, pequeno jornal dos alunos e enfrentou, certa vez, professores de Fisiologia e Microbiologia em cujas teses não punha fé. Sua passagem pela Faculdade foi, pois, bastante marcada por acontecimentos. Formado, em 1934, e para satisfazer exigência comum na

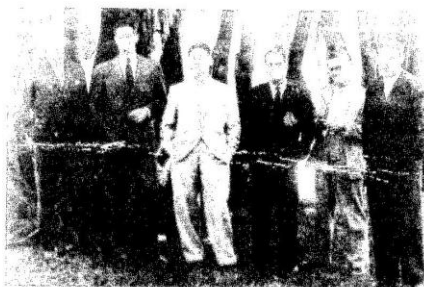
época, preparou tese de doutoramento sobre "O nível de vida de 100 famílias operárias de São Paulo". Já o título denunciava as suas preocupações com a saúde do povo. Suspensa a exigência de apresentação de tese, ele entregou o seu trabalho ao professor Horace Davis, que vinha estudando o problema. Quando da publicação do trabalho deste, entretanto, o seu nome foi cortado, à revelia do autor. Começava a receber as represálias pelas suas posições políticas. O período que sucedeu à vitória do movimento armado de 1930 caracterizou-se pela agitação política. Eduardo Maffei não tinha condições para clinicar na capital e se instalou em Capão Bonito, onde iniciou a sua carreira de médico e onde dirigiu a *Folha Popular*. A atividade médica não o impediu de participar da campanha da Aliança Nacional Libertadora. Tendo vivido em Capão Bonito de maio de 1935 a fevereiro de 1937, ali o surpreendeu a famigerada "intenção comunista". E não deu outra: foi preso. Ao longo de sua vida isso aconteceria seis vezes, com peripécias diversas. A de Capão Bonito residiu na circunstância de que o delegado de polícia, João Bento Vieira da Silva Neto, era seu companheiro de célula e isso o salvou. Substituído o delegado, porém, não havia como permanecer ali. Precisava mudar de vida e o exercício da clínica tornara-se impossível.

Foi quando começou a viajar pelo Brasil, a serviço de um laboratório. A peregrinação comercial não o isentou da atividade política, porém. Fez-se uma espécie de pombo-correio do Partido e nessa qualidade prestou grandes serviços e foi submetido a novas prisões. Fizera um trato com o dono do laboratório, que conhecia a sua condição política: não escreveria nada com o seu verdadeiro nome. As solicitações para fazê-lo eram constantes, no entanto. Em 1933/34 e 35, colaborou na *Vanguarda Estudantil*, publicada sob a direção de Arnaldo Pedroso d'Horta e Noé Gertel, mas com o pseudônimo de Calota. Agora, entretanto, era preciso escolher outro pseudônimo. Foi a namorada, Aurora de Assis Afonso (Lolô), uma mineira de Viçosa, que o sugeriu. Como Américo de Albuquerque compareceria nas colunas de jornais e revistas, por alguns anos. Foi assim que se tornou colaborador de *Problemas*, dirigida por Arnaldo Pedroso d'Horta, Sangrar Jr. e Arnaldo Sereni; como de *Cultura*, a revista dirigida por Nabor Caires de Brito e que contava com uma luzida comissão de direção: Afonso Schmidt, Sérgio Millet, Graciliano Ramos, Alvaro Moreyra, Monteiro Lobato; como a excelente revista *Seira*, que João da Costa Falcão fundara em Salvador e que motivara a condenação do seu diretor pelo Tribunal de Segurança Nacional porque publicara entrevista

com o General Manoel Rabelo. Viria a ser comentarista internacional do *Estado do Pará*, em 1942 e 43, e colaborador de *Hoje* e *Notícias de Hoje*. A peregrinação pelo Brasil lhe permitia conhecer bem o País e ver a situação do povo em cada região. Se a peregrinação lhe trouxe agruras e problemas, permitiu-lhe um acidente feliz: o encontro com Maria Guiomar, uma paraense, que se tornaria sua esposa.

Com o fim da guerra, com a derrota do nazismo e a redemocratização no Brasil, Eduardo Maffei teve condições para retomar aquilo que era a sua vocação, a Medicina. Pouco a pouco, sem deixar as atividades políticas e nem mesmo as literárias, impôs-se como um dos grandes clínicos paulistas, nome respeitado na sua classe, tendo publicado mais de trinta trabalhos de Medicina, nas revistas especializadas, e participado da organização do III Congresso Médico da Associação Paulista de Medicina, origem da Associação Médica Brasileira, além de ter participado da profilaxia da malária em Pernambuco. O trabalho de constituir clientela, entretanto, começava a entrar em conflito com as suas outras atividades. Decidiu vender o consultório e converteu o dinheiro em vinhos finos. Passou a manter uma comemoração que se tornaria conhecida e celebrada em São Paulo: todos os anos, na mesma data, após fazer circular entre conhecidos e amigos convite expressivo, em que contava a sua maneira de ser e de fazer, convocava-os à reunião em sua casa. A festa se iniciava no começo da noite e se prolongava pela madrugada adentro. Por ali passavam dezenas de pessoas a que Maffei homenageava com os seus vinhos finos e com a música. A Medicina ficara para trás — não voltaria a preocupar-se com ela. Formados os filhos, queria dedicar os seus dias a uma obra que lhe parecia importante: contar o que aprendera em sua longa peregrinação e com o conhecimento de seres que admirava ou respeitava. Seria uma crônica do nosso tempo.

Da esquerda para a direita: Clóvis Graciano, Caio Prado Júnior, Sérgio Millet, Luis Martins, Eduardo Maffei e Arnaldo Pedroso d'Horta. Foto tirada em fins de 1944, por ocasião do lançamento da campanha da anistia, em Belo Horizonte, por Osvaldo de Andrade.



Dai essa obra singular que é a tetralogia em que reconstrói a vida brasileira — com as referências internacionais — de uma época conturbada mas riquíssima, em que se forjaria o Brasil contemporâneo. A tetralogia compreende os romances *A Greve*, de 1978, *Maria da Greve*, de 1979, *Vidas sem Norte*, de 1980, e *A Morte do Sapateiro*, de 1982. A singularidade dessa reconstrução histórica, em que está inserida a ficção, está na repetição nela daquilo que o teatro grego criou como parábola, isto é, o hábito, nas peças, de dirigir-se o autor ao público, tratando de assunto estranho à peça. No caso da tetralogia de Maffei, existe sempre um capítulo, geralmente indicado como contraponto, em que o autor narra os episódios históricos que constituem o pano de fundo da ficção. Não apenas esse artifício nos permite conhecer toda uma época, mas os numerosos e por vezes detalhados trechos que, em notas de barra de página, situam o tempo real e personagens reais, contrapondo-os ao tempo e às personagens da ficção. O subtítulo de um dos livros já dá indicação precisa: "Romance do Tenebrismo". É a reconstrução da vida brasileira, entre os últimos anos do século XIX e 1939, que é precisamente o ano em que começa a Segunda Guerra Mundial. O volume inicial se origina da grande greve de 1917 em São Paulo. As personagens são colhidas na realidade e o autor às vezes as esconde em falsos nomes transparentes. Quem viveu a época e conheceu as figuras reais não tem dificuldades em vê-las sob os disfarces a que o romancista recorreu. John W. Foster Dulles, o eminente brasilianista que tanto se destacou pelo rigor de suas pesquisas, entendeu o esforço de Eduardo Maffei, com os seus 18 anos de consultas e pesquisas, para a reconstrução de uma época histórica. Dulles, por isso mesmo, ao falar da tetralogia de Maffei lembra John dos Passos, que também recorreu à parábola. Situa o brasileiro no nível do novelista norte-americano. Jamil Almansur Haddad foi exato em seu julga-

mento: "Toda uma visão social e histórica de São Paulo delineia-se no livro: a espoliação do caipira, o negro mal saído de uma escravidão para entrar em outra, os novos escravos que foram os colonos europeus importados, o emergente florescimento industrial paulista. É o relato com cunho de realidade: a literatura realizando o milagre de tornar o leitor testemunha viva dos acontecimentos descritos."

Além da tetralogia, Eduardo Maffei escreveu *A Batalha da Praça da Sé*, relato circunstanciado do episódio do choque entre antifascistas que haviam formado, a todo custo e por cima de todas as dificuldades, uma frente comum de luta, e a passeata que os integrá-los pretendiam ocupar o logradouro central de São Paulo. O episódio foi reconstruído por Maffei com rigor e deu nomes aos bois. Trata-se, sem dúvida, de uma contribuição importante para o conhecimento da época. Mas a tetralogia, utilizando a ficção como veículo, tem amplitude singular, pois situa uma época inteira e dá vida a personagens que, desaparecidas da memória popular, tiveram lugar de destaque na História. Como disse Dulles, a tetralogia acabará por se tornar um clássico, entre nós.

Poucas pessoas, no Brasil contemporâneo, viveram tão intensamente a nossa época. A tetralogia mostra isso. Mas é, nas suas memórias, que ele está ultimando, que Maffei mostra o quadro tormentoso e fecundo dessa época. Quadro em que ele foi, ao mesmo tempo, personagem e historiador e ficcionista. E que, por isso mesmo, tem todas as condições para reconstruir com exatidão e riqueza de razões. As memórias de Eduardo Maffei, pois, prometem ser uma contribuição muito importante para a nossa História. Quem viver verá.

Nelson Werneck Sodré é autor da extensa obra histórica, tendo escrito, entre muitos outros, *Panorama do Segundo Império*, *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, *História da Burguesia Brasileira* e *História Militar do Brasil*. Endereço do autor para correspondência: Rua Dona Mariana, 35, ap. 202 — 22280 — Rio de Janeiro — RJ.

Barroco no Brasil e Estudos Missionários

Coincidindo com a chegada da primavera, realizou-se em Ouro Preto, de 25 a 29 de setembro, o II Congresso do Barroco no Brasil, dedicado ao estudo da arquitetura e das artes plásticas.

Grças, principalmente, à atividade de Ana Maria Parsons (Universidade Federal de Ouro Preto) e de Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira (SPHAN/Pro-Memória), pesquisadores do Brasil e do estrangeiro puderam reunir-se para discutir temas ligados à pesquisa das artes visuais e suas metodologias.

Presente a Ouro Preto estava Germain Bazin, curador do Louvre e estudioso da arte de nosso ciclo do ouro. Trazido como convidado especial para o evento, o estudioso francês mostrou-se, entretanto, decepcionado e até mesmo irritado com o estado de conservação de um de nossos mais importantes sítios históricos, a antiga Vila Rica. Hospedado em um hotel situado em frente à igreja de São Francisco de Assis (risco de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho), pôde contemplar de balcão o estado de deterioração urbana do antigo centro mineiro. A própria igreja, cujo arco cruzeiro está atualmente partido e cujo forro (pintado por Alafide) foi lavado por uma tempestade durante uma infeliz operação de restauração do telhado executada por uma empreiteira a serviço do SPHAN, serve de dramático exemplo. A iritação de Bazin chegou a tal ponto que adiantou sua volta à França, cancelando uma programação visi-

ta a Diamantina. Que nos sirva de lição e advertência, principalmente àqueles que, contando com antigos méritos do SPHAN, defendem a instituição de qualquer crítica, mudança ou atualização.

Poucos dias mais tarde, de 4 a 7 de outubro, em Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, por iniciativa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, e graças ao esforço de um de seus professores, Ernildo Schallenberg, realizou-se o VIII Simpósio Nacional de Estudos Missionários.

Dedicado ao estudo das missões jesuítas para índios guaranis instaladas na bacia do rio Prata, o simpósio teve como tema central a proposta de investigar as relações entre trabalho e evangelização. Contou também com a presença de estudiosos brasileiros e estran-

geiros, principalmente dos países latinos.

Em ambos os congressos ficou evidente o conflito entre intelectuais de uma velha guarda que não abrem mão de suas convicções e um pensamento mais jovem, crítico e combativo, chamando atenção para o papel que o estudo da arte e da história desempenha como fator conformador das relações sociais.

Finalizando, cumpre acrescentar que o redator dessas linhas participou de ambos os eventos com o trabalho sobre o papel retórico da arte e da arquitetura na catequese realizada nas reduções jesuítas, o qual foi publicado em parte na edição de agosto de 1989 do D.O. Letra.

Membro da APCA e mestre em artes pela UNICAMP

Dalton Sala

Consciência Negra Hoje Mostra de Literatura

Dando sequência à realização do I Perfil Internacional de Literatura Negra de São Paulo, realizado em 1985, e ao II Perfil, em 1987, a Assessoria dos Assuntos Afro-brasileiros da Secretaria Municipal da Cultura promoverá, de 7 a 30 de novembro, no Centro Cultural São Paulo, a Mostra de Literatura Consciência Negra Hoje com o objetivo de apresentar os resultados de uma década de atividades (1978-1988) literárias afro-brasileiras em São Paulo, de maneira geral pouco conhecidas pelo grande público, sobretudo da área estudantil e da própria população negra. Pretendem os organizadores revelar aspectos inéditos desse fenômeno cultural, analisando, através de exposições, painéis, palestras e debates, a literatura onde o negro brasileiro redefine a si mesmo e a seu país.

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:

Edições Loyola, Rua 1822 nº 347 — 04216 — São Paulo — SP.
Tomásio Hoje, Fernando Arruda Campos.
O Trabalhador-Esclavo — Um perfil do Aluno do Curso Superior de Teologia, Marília Pontes Spósito (org.).
Comunicação, Democracia e Cultura, Margarida Maria K. Kunsch e Francisco Assis M. Fernandes (org.).
Didática: Aprender a Ensinar, Ilza Martins Sant'Anna e Máximo Milonegalla.
Biblioteca Escolar — Estrutura e Funcionamento, Edson Gabriel Garcia (org.).
Supervisão Educacional — A Questão Política, Martha Guzman Nogueria.
A Luta dos Trabalhadores pela Escola, Rogério Cunha Campos.
Processo Pedagógico Gerador de uma Consciência Crítica, Suyara Benjamin Chaloub.
Logoterapia — A Força Desafiadora do Espírito, Elisabeth Lukka, tradução de José de Sil Portu.
Editora Lisa — Livros Irredutíveis, Rua Major Setúbal 742 — 01222 — São Paulo-SP.
Misticismo Inglês-Português/Português-Inglês, Silveira Bueno.
Jari — Uma Responsabilidade Brasileira, Gláucio Carneiro.
Biografias de Personalidades Cefélicas, Carolina Rennó Ribeiro de Oliveira.
B Divertido Brincar com Máscaras, Regina B. Tracanelle e Maria Teresa A. Jorge.
Eu Aprendo com Quebra-Cabeças, Regina B. Tracanelle e Maria Teresa A. Jorge.
Eu Como a História, Regina B. Tracanelle e Maria Teresa A. Jorge.
Eu Aprendo Cantando, Regina B. Tracanelle e Maria Teresa A. Jorge.
Voz e Quem Faz a Escrita, Regina B. Tracanelle e Maria Teresa A. Jorge.
Voz e Quem Faz de Tudo Brincando, Regina B. Tracanelle e Maria Teresa A. Jorge.
Cartilha, Janet Daz Lima.
Material — Meu Primeiro Livro, Carolina Rennó Ribeiro de Oliveira.
Material — Meu Segundo Livro, Carolina Rennó Ribeiro de Oliveira.
Atividades Musicais — Pré-Teórico

pe 110 — 01507 — São Paulo — SP.
A Guilhotina e o Imaginário do Terror, Daniel Arrese, tradução de Emir Sader.
Iniciação ao Latim, Zelia de Almeida Cardoso.
A Língua Portuguesa no Mundo, Silveira Bili.
Jose Olympio Editora, Rua Marquês de Olinda 12 — 22251 — Rio de Janeiro — RJ.
O Espetáculo — O Terrível Século XIV, Barbara W. Tuchman, tradução de Walther Dutra.
O Inventor de Enigmas (Poesia), Denise Emmer.
E.P.U. Editora Pedagógica e Universitária, Praça José Gaspar 106 — 3ª sobreloja nº 15 — 01051 — São Paulo — SP.
O Desafio da Avaliação da Aprendizagem — Dos Fundamentos a uma Proposta Inovadora, Léa Depreter.
Educação Comparada — Conceito, Evolução, Métodos, Suelly Grant Bonitau.
Volúvel — Aprendizagem e Treinamento — Um Desafio Constante, José Roberto Borsari.
Futebol de Campo, José Roberto Borsari.
Corteis Editora, Rua Barão 387 — 05009 — São Paulo — SP.
Significado do Protesto Negro, Florestan Fernandes.
Summus Editorial, Rua Cardoso de Almeida 1287 — 05013 — São Paulo — SP.
A Violência na Escola, Claire Combier, Gilbert Mangel e Margarete Perdriz, tradução de Roseana Kligerman Murray.
Grécia para uma Crise (?) Permanente — Um Enfoque Para Nossos Tempos, Antônio Walter de A. Nascimento.
Editora Brasileira, Rua da Consolação 2.697 — 01416 — São Paulo — SP.
Zarzo e Híndia em Kant, Marco Antônio Zingaro.
Ensino Superior Brasileiro — Transformações e Perspectivas, Carlos Benedito Martins (org.).
A Casa Obscura — Mulher, Sodomia e Inquisição no Brasil Colonial, Lígia Beltrão.
Editora Nova Fronteira, Rua Bambino 25 — 22251 — Rio de Janeiro — RJ.

neiro — RJ.
As Belas Imagens, Simone de Beauvoir, tradução de Claude Gomes de Souza.
O Acusado, Alina Reyes, tradução de Denise Rangé Barreto.
Reformas Religiosas, Flávio Luateto.
Cultura Popular na Antiguidade Clássica, Pedro Paulo Funari.
República, um Outro Olhar, Ana Luiza Martins.
Editora Vozes, Rua Frei Luís 100 — 25089 — Petrópolis — RJ.
Vida em Família — Conversas Entre Pais e Filhos, Maria Tereza Maldonado.
Sobre o Poder Régio e Papal, João Quindim, tradução de Luis A. de Boni.
Editora Alfa-Omega, Rua Lisboa 489 — 05413 — São Paulo — SP.
Democracia e Realidade Brasileira, Paulo Napoleão Nogueira da Silva.
Bulgária — Autogestão e Socialismo, Ivan Godoy.
Por uma Sociedade Melhor — Para Onde Marcha a Humanidade, Jacob Biazini.
Editora Saravali, Av. Marquês de São Vicente 1.697 — 01139 — São Paulo — SP.
Começar de Novo, Leonard Felder, tradução de Elizabeth Larabure Costa Correa.
Os Segredos dos Homens, Dr. Ken Drück com James C. Simmons, tradução de Paulo César de Oliveira.
Trá. Queiroz Editor, Rua Joaquim Floriano 753 — 9º andar — 04554 — São Paulo — SP.
Fósses do Brasil, Murilo Rodolfo de Lima.
Um Brasil Diferente (Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná), Wilson Martins.
Introdução à Estatística, Nilce Sant'Anna Martins.
Atual Editora, Rua José Antônio Coelho 785 — 04011 — São Paulo — SP.
O Misterioso Homem de Macapá, André de Lima.
Até Mais Verde, Julieta de Godoy Ladeira.
Livraria Francisco Alves Editora, Rua Sete de Setembro 177 — 20950 — Rio de Janeiro — RJ.
Novo Dicionário de Personagens

Bíblico, José Schiaro.
Inicetiv? Fantástico! Extraordinário! Almirante (Ilenrique) Foris.
Editora Gemini, Rua Pedroso Alvim 944 — 01041 — 04551 — São Paulo — SP.
A Freira no Subterrâneo, Camilo Castelo Branco.
Estação Liberdade, Rua Pagurus 61 — 01508 — São Paulo — SP.
Diferença de Bêre, Luiz Cláudio Cardoso.
Livraria Nobel, Rua da Balsa 559 — 02910 — São Paulo — SP.
Funções da Pintura, Fernand Léger.
Editora Marco Zero, Rua Inácio Pereira da Rocha 275 — 05452 — São Paulo — SP.
As Mulheres, O Poder e a Família, São Paulo, Século XIX, Eni de Mesquita Samara.
Editora Escuta, Rua Dr. Homero de Mello 551 — 05007 — São Paulo — SP.
14 Conferências sobre Jacques Lacan, Fani Hissail (org.).
Editora Rocco, Rua da Assembleia 10 — 01001 — São Paulo — SP.
O Princípio de Crueldade, Clément Rosset, tradução de José Thomaz Brum.
Editora FTD, Rua Rui Barbosa 156 — 01326 — São Paulo — SP.
O Assassino do Conto Policial, Paulo Rangel.
Editora Agora, Caixa Postal 62564 — 01295 — São Paulo — SP.
A Macabre e o Jovem — Família, Escola e Sociedade, Içami Tiba.
Icone Editora, Rua Anhangüera 5666 — 01137 — São Paulo — SP.
Collor — A Cocaina dos Pobres (A nova cara da Direita), Gilberto Ferreira Vasconcelos.
Editora Ateliense, Rua Antônio de Barros 534 — 05089 — São Paulo — SP.
Resonâncias, Yolanda Ascenção.
Livraria e Editora Universitária de Direito, Rua Benjamin Constant 171 — 1º andar — 01005 — São Paulo — SP.
A Repressão da Fraude no Processo de Bureaucratização, Carlos de Carvalho Dias.
Editora Mercado Aberto, Rua da Conceição 195 — 1º andar — 90037 — Porto Alegre — RS.
Pedos de Princesa, Charles Kiefer.
Pontes Editores, Rua Dr. Querino

1230 — 13015 — Campinas — SP.
Texto e Letor — Aspectos Cognitivos da Letra, Angela Kleiman.
Flam e Tím Editora, Rua Jaguar 879 — 90650 — Porto Alegre — RS.
Poesia e Letra — Poemas e Prosa, Liana Tiff.
Diffusão Editorial, Rua da Estrela, 45-100 — 1000 — Distribuição no Brasil: Editora Bertrand Brasil, Rua Dore de Sena, 1.465 — 03052 — São Paulo-SP.
Edições MGL, Caixa Postal 1752 — 20001 — Rio de Janeiro — RJ.
A Igreja do Diabo, Machado de Assis.
Chaplin — A Glória de um Pathô, Francisco Silva Nogueira.
Edições Funese (Fundação Espaço Cultural da Paraíba), Av. Presidente Kennedy s/nº — 58045 — João Pessoa — PB.
Poesia e Letra: Os Percursos do Gosto, João Batista B. de Brito.
Senado Federal — Subsecretaria de Edições Técnicas, 70.000 — Brasília — DF.
Legislação Eleitoral e Paritária — Eleições de 1989 — Legislação — Instruções do TSE.
CERN — Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado, Av. Presidente Costa e Silva, esq. Rua Dom Abel — Goiânia — GO.
O Sargento Vermelho, Anatole Ramos.
A Imprensa Matutina, José Mendonça Teles.
Tatui Edições, O Castelo dos Sonhos Possíveis, Alton Rodrigues Santos.
Câmara Municipal de Mogi-Mirim, 22-10-1769/22-10-1986).
Ficção Positiva (Contos), João Manuel Simões. (Edição do autor).
Distúrgos e Revisões, José Joffily.
Edição do autor, Caixa Postal 2251 — 86001 — Londrina — PR).
Elemento em Fúria, Dália Teles Veiga. (Edição do autor).
Inhamã — Tradução, História e Progresso, Pe. Pedro Vitor. (Edição do autor). Inhamã SP.

Revistas

Suplemento Literário Minas Gerais — nº 129 e 130 (Publicação da Imprensa Oficial de Minas Gerais) — Av. Augusto de Lima, 270 — 30190 — Belo Horizonte-MG.

Suplemento Cultural — nº 14 (Publicação da Imprensa Oficial de Pernambuco) — Rua Coelho Leite, 530 — 50040 — Recife-PE.

Fanal — nº 410 (Publicação da Casa do Povo "Lampião de Gê") — Rua Robertson, 206 — 01543 — São Paulo-SP.

Voz do Escritor — nº 5 (Publicação da União Brasileira de Escritores — Seção do Goiano) — Av. Goiás, 310, sala 409 — 74110 — Goiânia-GO.

O Catolé — nº 100 — Av. dos Expedicionários, 5.410 — 06940 — Fortaleza-CE.

Linguagem Viva — nº 1 e 2 — Caixa Postal 10.112 — 04098 — São Paulo — SP.

O Coneta Itabirano — nº 130 — Caixa Postal 05 — 45900 — Itabira-MG.

Jornal de Letras — nº 451 — Caixa Postal 44.069 — 22051 — Rio de Janeiro-RJ.

O Radar — nº Julho/Agosto/Setembro — Praça Rui Barbosa 252, sala 107 — 80400 — Apucarana-PR.

Juca — nº 15 (Publicação da "Casa de Memória Del Picchia") — Parque Jaca Mulato s/nº — 13970 — Itapira-SP.

Suplemento Cultural Arte Agora — nº 5 — Caixa Postal 55 — 400 — Franca-SP.

Péssimo Poesias — nº 5 — Rua Vergueiro Neves, 102 — 13045 — Santos-SP.

Banco do pó-eta — nº 13 — Rua 1º de Março, 17, sala 3 — 20010 — Rio de Janeiro-RJ.

Unifor Notícias — nº 5/4/4 (Informação da Universidade de Fortaleza) — Av. Washington Soares, 1.521 — 60810 — Fortaleza-CE.

O Regional — nº 24 — Av. Nereida Rube, 508, conj. 1 — 12.700 — Cruzeiro-SP.

Gazeta Maringense — nº 18 e 21 — Av. Colombo, 4.539, 2º andar — 87100 — Maringá-PR.

Jornal Banquea — nº 16 — Rua Libero Badur, 294, 10º andar — 01009 — São Paulo-SP.

CLB — Informativo — nº 79 (Publicação da Câmara Brasileira do Livro) — Av. Ipiranga, 1.267, 10º andar — 01039 — São Paulo-SP.

Notícias Acadêmicas — nº 44 (Informação da Academia Paulista de Letras) — Av. Miguel Rosa, 3.300-S — 64010 — Teresina-PI.

A Ponte — Ano 4 — nº 6 — Caixa Postal 126 — 57000 — Maracá-AL.

Índice da Revista de Informação Legislativa — nº 1 a 100 — Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal — 70161 — Brasília-DF.

Revista de História — nº 119 (Publicação do Departamento de História da Facul-

dade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) — Caixa Postal 8.105 — 01000 — São Paulo-SP.

Letras de Hoje — nº 76 (Publicação do Curso de Pós-Graduação em Linguística e Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq e FAPERGS) — Caixa Postal 1.429 — 96020 — Porto Alegre-RS.

Casa de las Américas — nº 174 — Casa de las Américas, 3ra y G, El Vedado, La Habana — 10400 — Cuba.

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros — nº 40 (Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo) — Av. Prof. Mello Moraes, 1.245, bloco 1D, 1º andar — 05508 — São Paulo-SP.

Entrevistas e Depoimentos: história da eletricidade em São Paulo — nº 1 (Trabalho elaborado pelo setor de História Oral da Assessoria de Patrimônio Histórico da CESP — Companhia Energética de São Paulo em coedição com o IEB — Instituto de Estudos Brasileiros da USP).

Estudos CEDHAL — nº 4 "A Maternidade da Mulher Negra no Período Colonial Brasileiro" (Publicação da CEDHAL — Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina da Universidade de São Paulo) — Caixa Postal 8.105 — 01000 — São Paulo-SP.

Revista Comunicações e Artes — Ano 14 — nº 20 (Publicação da E.A. — Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo) — Caixa Postal 8.191 — 05008 — São Paulo-SP.

New Wave — nº 21 Dept. of Languages — Moorhead State University — Moorhead, MN 56568 — USA.

A União Soviética em Foco — nº 79, 80, 81 e 82 — Praça Mauá 15, 7º andar — 20081 — Rio de Janeiro-RJ.

Jornal de Arouca — nº 295 e 294 — Av. Movimento das Forças Armadas, 4.400 — Arouca — Portugal.

Revista Literária Globo — nº 7 "A — Rua do Curume, 665 — 05005 — São Paulo-SP.

Novo Clássico — nº 5 — Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.885, 2º andar — 01451 — São Paulo-SP.

Problemas Acadêmicos — nº 274 (Publicação da Superintendência de Comunicação Social da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo e dos Conselhos Regionais do Sesc e do Senac) — Av. Paulista, 159, 5º andar — 01411 — São Paulo-SP.

Folclore — nº 190/191 (Publicação do Centro de Estudos Folclóricos do Departamento de Antropologia do Instituto de Pesquisas Sociais) — Rua Dora Ermãos, 92 — 52071 — Recife-PE.



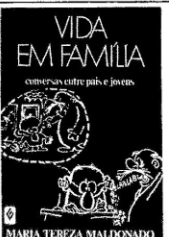
A Coisa Obscura — Mulher, Sodomia e Inquisição no Brasil Colonial
LIGIA BELLINI
editora brasileira

A Coisa Obscura — Mulher, Sodomia e Inquisição no Brasil Colonial, de Ligia Bellini, tese de mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, aborda o tema da sexualidade e da inquisição no Brasil colonial, analisando o cotidiano, a sexualidade, os comportamentos, as punições, enfim, a vida previda de uma sociedade de conflitos, denuncias e pressões que versam sobre casos de relações afetivas e sexuais entre mulheres, feitos pela Inquisição de Lisboa quando de sua primeira vinda ao Brasil, a partir de 1500, e os conflitos do cotidiano da população. (Editora Brasileira, Rua da Consolação, 2.097 — 01.416 — São Paulo-SP)



Da Abolição à República
C. P. LUCENA

Da Abolição à República — A Literatura conta a História. Sob a coordenação da Professora Regina Zilberman, do Centro de Pesquisas Literárias da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o livro apresenta uma seleção de 47 textos literários de autores reconhecidos que abordaram o tema da Abolição e da República. Aparecem Cassiano Ricardo, Anísio Teixeira, Machado de Assis, Ruy Barbosa, Alcântara Machado e tantos outros que, de forma e em situações diversas, abordaram os dois problemas que convulsionaram a sociedade brasileira há exatamente um século. O livro, na edição de 1988, tem um texto de Joaquim Nabuco. A data das edições, que todas as vezes, nada escasseia. (Editora Brasiliense, Rua da Consolação, 2.097 — 01.416 — São Paulo-SP)



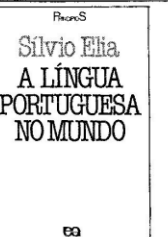
Vida em Família — Conversas entre pais e jovens
MARIA TEREZA MALDONADO

Vida em Família — Conversas entre pais e jovens, de Maria Tereza Maldonado, mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Esse livro é um painel da vida de pais e filhos adolescentes e adultos jovens. São conversas do cotidiano de famílias com pais casados, separados, solteiros, viúvos ou reanalisados. Não há fórmulas de bom convívio. O que existe é a palpitação da vida em seus momentos de tranquilidade, de ternura, de perplexidade, de inquietação, de alegrias e tristezas, de perdas, transformações e crescimento. Essas horas conversadas convidam à reflexão sobre o dia a dia de todos nós, gente de carne e osso, longe da perfeição e do ideal. Pais e jovens vivendo em mundos diferentes, buscando o contato e o entendimento, cheios de limitações, dúvidas, erros, acertos e boas intenções. (Editora Vozes, Rua Frei Luís, 190 — 25089 — Petrópolis-RJ)



Bulgária — Autogestão e Socialismo
IVAN GODOY

Bulgária — Autogestão e Socialismo, de Ivan Godoy, jornalista autor de vários livros sobre questões internacionais. A Bulgária é um país do qual se pode dizer que não, brasileiro, nada sabemos. Isolada, quicada, em tensões externas, a Bulgária não dá o que falar. Mas, como o demonstra o autor, ela é, entre os países do Leste Europeu, o que talvez deu o maior salto em desenvolvimento econômico, após a implantação do socialismo. Sem rebeldias, sem ondas de greve, sem intervenções externas, o país avançou pelo caminho das transformações bem mais rápido do que a União Soviética, especialmente no aspecto econômico, em que a descentralização e a autogestão são as palavras de ordem. O autor também se ocupa da história imortal do país, a antiga Trácia já mencionada por Homero, na Ilíada, passando pelos gregos, romanos, invasores bálticos e os 500 anos de dominação do Império Otomano no século XIV, até chegar ao de hoje. (Editora Alfa-Omega, Rua Lisboa, 489 — 05.415 — São Paulo-SP)



A Língua Portuguesa no Mundo
SILVINO ELIA

A Língua Portuguesa no Mundo, de Silvino Elia, professor dos cursos de pós-graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Falada nos cinco continentes, a língua portuguesa apresenta um dos mais ricos patrimônios entre as línguas do mundo ocidental, que o autor descreve sumariamente no conjunto de sua unidade e variedades. A obra apresenta aspectos da nova língua dentro da seguinte divisão geográfica: Lusitânia (Portugal, Madeira e Açores), Lusitânia Nova (Brasil, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Lusitânia Brasileira, Índia, Malásia, Timor, Lusitânia Dispersa). Escrito para a série *Princípios*, este trabalho é necessariamente limitado, mas não se trata de uma bibliografia citada pelo Professor Elia sugerem a necessidade de um estudo bem mais amplo, bem mais completo sobre o tema. Seria uma obra estimulante para a maior compreensão da língua portuguesa. (Editora Ática, Rua Barão do Iguaçu, 110 — 01.507 — São Paulo-SP)



A Freira no Subterrâneo
Camilo Castelo Branco

A Freira no Subterrâneo, de Camilo Castelo Branco. Os admiradores do grande escritor português têm bons motivos de satisfação com o lançamento deste romance, que teve apenas cinco edições, todas em Portugal, a última das quais em 1918. Isso é, mesmo a maioria dos leitores de Camilo, aqui e em Portugal, nunca teve oportunidade de ler esta obra, cujos raios exemplares são preciosidades bibliográficas. Remaneceu no contexto do anti-tercerismo português (europeu) do século XIX e uma dramática, escandalosa e perturbadora história típica do romantismo ao qual não estão habituados os leitores de hoje. Por isso mesmo, vão gostar muito, principalmente as vivências em telenovela. (Editora Gemini, Rua Frederico Alvarado, 944 — 04.551 — São Paulo-SP)



O Almirante
HENRIQUE FERES DOMINGUES

Incrível! Fantástico! Extraordinário! fantástico! extraordinário!

O Almirante, de Henrique Feres Domingues, que sob o nome artístico de Almirante, entrou para a história do rádio brasileiro como uma de suas maiores expressões, dominando a vastíssima audiência nas décadas de 40 e 50. Entre os programas, o incrível Fantástico Extraordinário, transmitido pela Rádio São Paulo, era dedicado a casos sobrenaturais, de terror, acontecimentos, aparições, sonhos, manifestações telepáticas etc., agora editado em livro, como uma homenagem a um radialista cuja maior obra foi a obstinada divulgação da música popular brasileira. (Francisco Alves Editora, Rua Sete de Setembro, 177 — 20.050 — Rio de Janeiro-RJ)



Os Pobres na Idade Média
MICHEL MOLIT

Os Pobres na Idade Média, de Michel Molit, professor de História Medieval na Sorbonne. O livro resume, na perspectiva do autor, o fruto de pesquisas colaborativas das quais resultaram 90 exposições em seminários e 220 trabalhos, algumas vezes sobre o problema da pobreza na Idade Média, com a contribuição de historiadores de vários países europeus. É mais um importante trabalho, além do seu livro já intuído, que vem impulsionando os estudos medievais no Brasil que, finalmente, andam em alta. Última tradução de Heloisa Jahn. (Editora Campus, Rua Barão de Itaipu, 55 — 20.051 — Rio de Janeiro-RJ)



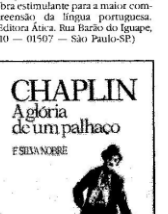
A Maconha e o Jovem
FRANCISCO SILVEIRA BUENO

A Maconha e o Jovem — Família, Escola e Sociedade, de Francisco Silveira Bueno, professor do Instituto Salesiano de São Paulo. O livro aborda a maconha e seus efeitos à maneira pela qual os jovens acabam se envolvendo com ela. Com linguagem coloquial para os jovens e seus pais e professores, sem perder a perspectiva científica para os psicoterapeutas (especialidade do autor), a obra discute sobre os momentos mais frágeis do desenvolvimento adolescente e comenta as atitudes desastrosas (ou adequadas) que os pais tomam contra (ou não) seus filhos envolvidos com o problema. (Editora Agora, Caixa Postal 62.564 — 01.295 — São Paulo-SP)



Mimidionário Silveira Bueno
FRANCISCO SILVEIRA BUENO

Mimidionário da Língua Portuguesa, de Francisco Silveira Bueno, reconhecido falante, um dos maiores filólogos da Língua Portuguesa e ex-catedrático de Filologia Portuguesa da Universidade de São Paulo. Este mimidionário só é pequeno pela apresentação gráfica econômica em que foi editado. Na verdade, trata-se de 40.000 palavras. (Editora Alfa-Omega, Rua Lisboa, 489 — 05.415 — São Paulo-SP)



Chaplin: A Glória de um Palhaço
FRANCISCO SILVEIRA BUENO

Chaplin, de Francisco Silveira Bueno, autor de numerosas obras sobre o cinema, entre as quais *O Retorno de Garfield* (1958), que é um dicionário da vida e da obra de Chaplin. Neste novo livro, que traz uma preciosa "bibliografia essencial", o autor escreve a biografia do ator e comenta, um a um, os seus inusitados filmes. (Editora Didática e Científica, Rua Vilela Tavares, 90, 2º andar — 20.721 — Rio de Janeiro-RJ)



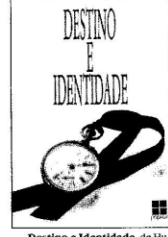
Gerência para uma Crise
ANTÔNIO WALZER DE A. NASCIMENTO

Gerência para uma Crise? Permanente (um enfoque para nossos tempos), de Antônio Walzer de A. Nascimento. O conceito de gerência, enquanto função de motivação e de coordenação de equipe, tem experimentado certas mudanças nos últimos anos. Tais mudanças tendem a se acentuar não só em função de mercados, evolução tecnológica, mas também devido às crises econômicas e sociais, que tendem a se penetrar. Neste livro, o autor propõe um enfoque dinâmico, tratando extensamente de novos conceitos de liderança, participação, produtividade e motivação. Daí surge um novo padrão de inter-relacionamentos em que o gerente pode extrair mais de si mesmo e de sua equipe, nas suas circunstâncias. (Summus Editorial, Rua Cardoso de Almeida, 1.287 — 05.015 — São Paulo-SP)



As Mulheres, o Poder e a Família
ENI DE MESQUITA SÁBARA

As Mulheres, o Poder e a Família — São Paulo, Século XIX, de Eni de Mesquita Sábara. A obra, inicialmente apresentada como tese de doutoramento em História na Universidade de São Paulo, é uma imensa pesquisa sobre a condição feminina em São Paulo, na terceira década do século passado, quando São Paulo era uma cidade pacata de cerca de 21.993 habitantes. A autora dá uma vigorosa contribuição para a revisão do modelo patriarcal enunciado por Gilberto Freyre que, por tanto tempo, dominou o pensamento de muitos historiadores brasileiros. (Edição da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo e da Editora Marco Zero, Rua Inácio Pereira da Rocha, 273 — 05.432 — São Paulo-SP)



Destino e Identidade
HUBERT LEFARGNEUR

Destino e Identidade, de Hubert Lepargneur, filósofo e teólogo francês residente parte na Europa e parte no Brasil, autor de vários livros de antropologia e indagações biológicas. Para quem acredita (ou não) no destino e tem (ou não) medo dele, este livro é bastante esclarecedor, embora escrito em linguagem extremamente cruda. Subdividido em vários livros, o livro traz os seguintes capítulos: Para uma concepção do destino; Para uma história do destino; Para uma hermenêutica do destino; Para uma vivência do destino; Vocação e destino em Simone Weil; Para dar sentido ao destino; Para uma definição do destino; Conclusão. (Pápiros Editora, Caixa Postal 756 — 13.001 — Campinas-SP)



Fósses do Brasil
MURILO RODOLFO DE LIMA

Fósses do Brasil, de Murilo Rodolfo de Lima, professor do Departamento de Paleontologia e Estratigrafia do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo. Esta é uma obra sem similar na bibliografia científica brasileira: pela primeira vez se faz no Brasil um levantamento sistemático das ocorrências fósses dentro de nossas fronteiras, apresentado com grande número de fotos em cores. O livro foi editado com extensa apresentação gráfica. Fotos de Sérgio Ferreira Beck. (Editora da Universidade de São Paulo e T. A. Quatro, Editor, Rua Joaquim Floriano, 755, 9º andar — 04.534 — São Paulo-SP)



Biblioteca Escolar
EDSON GABRIEL GARCIA

Biblioteca Escolar — Estrutura e Funcionamento — Pelo Fim do Provisório Eterno. Vários autores. Organizado por Edson Gabriel Garcia. É uma coletânea de textos diferentes que discutem a estrutura ideal e real das bibliotecas escolares — e seus similares — bem como sua prática possível. São perspectivas diferentes que vão desde a justificativa da necessidade das bibliotecas escolares até a questão dos multimídia. Em comum, como cabe aos educadores experientes, todos assentam a existência de uma prática possível e, mais do que isso, necessária. É a palavra de educadores sobre o que sabem ser necessário e sentem ser preciso: uma educação básica de melhor qualidade. (Editora Loyola, Rua 18.02, nº 347 — 04.299 — São Paulo-SP)



Futebol de Campo
JOSÉ ROBERTO BORSARI

Futebol de Campo, de José Roberto Borsari, graduado em Educação Física pela Universidade de São Paulo. Assim como o samba, futebol não se aprende na escola. Mas quem gosta de futebol e ler este livro aprenderá muita coisa para a prática deste esporte, o conhecimento mais correto das regras, o treinamento adequado e muitas outras particularidades interessantes, quer para jogador, quer para o torcedor. (Editora Pedagógica e Universitária, Praça Dom José Gaspar, 106 (Galeria Metrópole) — 01.047 — São Paulo-SP)



Legislação Eleitoral e Partidária
JOSÉ ROBERTO BORSARI

Legislação Eleitoral e Partidária — Eleições 1989. Este volume publica todos os artigos da Constituição Federal que abordam matéria eleitoral e a integra da Lei 7.773, de 8 de junho de 1989, que dispõe sobre a eleição para Presidente e vice-Presidente da República. Seguem-se as mais importantes Instruções do Tribunal Superior Eleitoral sobre registro de partidos e candidatos, horário gratuito, fornecimento de transporte e alimentação e outros temas, alguns políticos, referentes à próxima eleição. (Edição da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal — 70160 — Brasília-DF)

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP

NOVO TEMPO

GOVERNO DE SÃO PAULO

Diretor-Superintendente

ANTÔNIO ARNOSTI

DIRETORIA

Artes Gráficas: Alcior Florentino dos Santos

Financeiro e Administrativo: José Engelberto de Oliveira

Jornal: Luiz Carlos dos Santos

D.O. Leitura

Editor: Wladimir Araújo

Editor de Arte: Ionaldo Cavalcanti

SEDE E ADMINISTRAÇÃO — Rua da Mooca, 1.921 — CEP 03.013 — São Paulo

Telefones 291-3344 (PABX) 93-0118 — Telex (011) 63090

Para obter uma assinatura gratuita, escreva para D.O. Leitura, Rua da Mooca, 1.921 — 03.013 — São Paulo-SP.

COLABORAÇÕES — As colaborações para o D.O. Leitura são solicitadas pela Redação. As colaborações enviadas espontaneamente também são objeto de apreciação, mas pedimos compreensão para a impossibilidade de troca de correspondência ou devolução de originais.

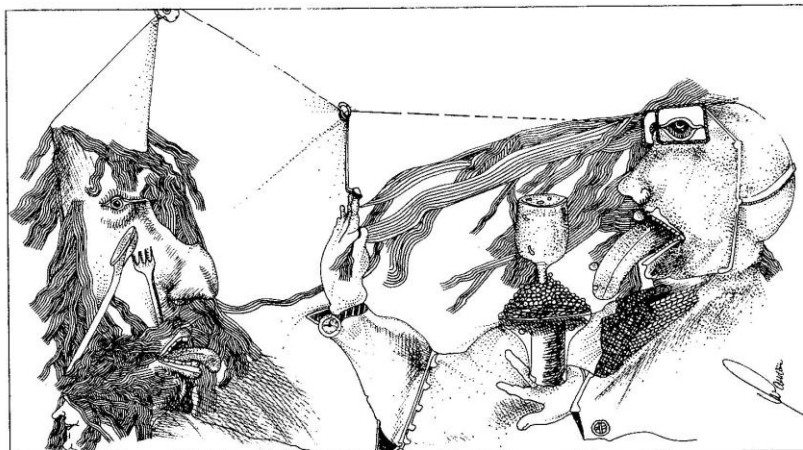
Sogras: comes e bebes

O conto, que para muitos não existe e para outros é permanente, entre sogras, genros e noras, invade também os domínios da arte culinária. Eis várias receitas, algumas de velhos cadernos e do folclore nordestino.

Mário Souto Maior

Do Centro de Estudos Folclóricos da Fundação Joaquim Nabuco, de Recife

Ilustração de Mariano



Mais do que insultada em várias línguas vivas e até mesmo mortas, universalmente conhecida pela maldade de suas intenções, a sogra, sem que se possa generalizar — a cobra choca, a mexeriqueira, a caninana, a pára-raios, a espingarda-ruim, a besta-fera, o (em) bômb do Cão, a abelha, a injuriosa, a intrusa, a maleitosa, a iníelz, a aticadeira, a espinha-de-garganta, além de muitos outros apelidos terríveis —, sempre foi o saco de pancadas de tudo quanto foi genro malsatisfeito com suas caras-metades, a responsável por muitos casamentos desfeitos, a inventora dos mais variados infernos domésticos.

Sem a menor intenção/vontade de tomar partido nesta briga secular, acredito que a sogra seja uma pessoa de difícil convivência por força da impaciência própria da velhice e do ciúme que sente do genro com quem teve de repartir e ficar com a menor parte do amor e das atenções da filha. Também a sogra parece ser o resultado da prevenção dos genros que já vêm na mãe de sua esposa figura do cão caçado e cuspidor.

Domesticar uma sogra é tarefa mais do que difícil, dizem os genros sofredores. Mas o nordestino encontrou uma solução para o problema que consiste no uso da cachaça, mas somente quando a velha gosta de molhar a goela com a água-que-passarinho-não-bebe. Daí a cachaça *Amansa Sogra*, de procedência cearense, que traz, no próprio rótulo, como deve ser usada:

“De 1 a 3 cálices, tolera
De 3 a 5 cálices, abraça
De 5 a 10 cálices, domina a sogra”.

É conveniente explicar que nem toda sogra é o Cão, uma megera, inimiga do genro, má pessoa, criadora de situações difíceis no lar de qualquer cristão. Neste mundo vamos encontrar de um tudo. O bom filho e o mau filho. A boa esposa e a má esposa. O bom marido e o mau marido. E, também, a sogra má e a boa sogra. É esta a razão pela qual a sogra está ligada a algumas iguarias — poucas, é verdade — porque talvez por serem poucas, também, as boas sogras.

Dona Alice Pinto, do Recife, nos ensina a fazer o

Beijo-de-sogra

Ingredientes: 1 copo de leite de vaca, 250 gramas de açúcar, 500 gramas de farinha de trigo, 2 colherinhas de fermento em pó, 1 colher de sopa bem cheia de manteiga,

1 xícara de queijo-do-reino ralado e 3 ovos. Modo de fazer: Bata a manteiga com o açúcar, colocando as gemas uma a uma, batendo sem parar. Junte, então, o leite, o queijo, as claras batidas em neve firme e, por último, a farinha com o fermento. Fôrma untada com muita manteiga.

Encontrei, entre meus guardados, não sei quem me deu ou se copiei de algum livro de arte culinária esta receita de

Olho-de-sogra

Ingredientes: 500 gramas de açúcar, metade de um coco ralado, 10 gemas, 1 quilo de ameixas pretas, açúcar de confeiteiro, canela em pau. Modo de fazer: Faça uma calda em ponto de fio grosso com o açúcar e meio copo d'água. Reconhece-se o ponto tal como fio brando, só que o fio fica um pouco mais grosso. Ponha, na água com açúcar, um pedaço de canela em pau. Logo que estiver pronta, tire do fogo e espere amornar. À parte, misture as gemas com o meio coco ralado, junta essa mistura à calda já morna e torne a levar no fogo. Mexa com colher de pau, até que se desprege do fundo da panela. Espere esfriar. Mergulhe as ameixas em água quente, para amaciá-las, depois descarte-as, abrindo-as pelo lado. Recheie-as com a massa que preparou, passando-as em seguida por açúcar de confeiteiro. Querendo, pode passá-las em calda feita com água e açúcar em ponto de quebrar, para ficarem brilhantes. O ponto de quebrar se reconhece quando, pegando um pouco da calda que ainda está no fogo, se coloca na água fria. Se estalar, aperte-as com os dedos. Se quebrar, está no ponto. Recheie as ameixas e passá-las no açúcar cristal.

Já dona Myroslawa Cabral Bezerra Tocachelo, de Anápolis, Goiás, recolheu esta receita de

Pudim da sogrinha

Ingredientes: 2 pãozinhos (50g), meio litro de leite, 3 ovos, 7 colheres (de sopa) de açúcar, 50 gramas de queijo ralado, 1 colher (de chá) de maizena. Modo de fazer: retire a casca mais grossa dos pães, corte em pedaços e coloque no liquidificador com todos os outros ingredientes. Bata até obter um creme ralo mas bem homogêneo. Deite em fôrma de pudim caramelada e leve ao banho-maria até estar firme e crescido.

O caramelo que untar a fôrma de pudim deve ser feito assim: Ingredientes: 6 colheres (de sopa) de açúcar cristali-

zado e 4 colheres de água. Modo de fazer: ferva o açúcar com a água até chegar ao ponto de caramelo. Não mexa enquanto o ponto se estiver formando. Cubra a fôrma e utilize.

Na década de 50, as vendas de algumas cidades do Nordeste costumavam vender um biscoito popular, compridinho, gostoso, feito com massa de mandioca, chamado *língua-de-sogra*. Infelizmente não consegui encontrar a receita, o que é uma pena.

Dona Denise Wanderley Cadete, do Recife, encontrou, nos velhos manuscritos de arte culinária de sua família, esta receita de Bolo-de-Sogra, também conhecido como Bolo-Satã ou Bolo-Jararaca ou Bolo-Veneno ou Bolo-Escorpião, que é muito gostoso:

Ingredientes da massa: 18 ovos, 1 pacote e meio de fécula, 3 xícaras (de chá) de açúcar, 1 e 1/2 colher (de sobremesa) de fermento em pó, 3 colheres (de sobremesa) de caldo de limão. Ingredientes do recheio e cobertura: 2 xícaras (de chá) de geleia de damasco, 2 xícaras (de chá) de creme chantilly, 250 gramas de nozes moídas (pesadas já sem a casca), cerejas em calda ou morangos frescos. Outro recheio: 1 xícara de baba-de-moça. Modo de fazer: bata as claras em neve. Junte as gemas uma a uma, batendo sempre. Acrescente o açúcar peneirado, pouco a pouco, sem parar de bater. Adicione a fécula de batata e, por fim, o caldo de limão e o fermento. Misture sem bater. Despeje essa mistura em três fôrmas untadas e forradas com papel impermeável também untado com manteiga ou margarina. Asse em forno moderado. Deixe esfriar. Corte os três bolos ao meio horizontalmente, obtendo, assim, seis partes. Una essas partes com camadas alternadas de geleia de damasco, creme chantilly misturado com nozes moídas e o outro de baba-de-moça, ou seja: uma parte de bolo, uma camada de geleia, outra metade de bolo, uma camada de chantilly com nozes, bolo, baba-de-moça, bolo, geleia e assim por diante. Por último, cubra com chantilly e enfeite com cerejas ou morangos. Se quiser, antes de recheiar, pode umedecer as camadas de bolo com rum e substituir o creme chantilly da cobertura por um glacê feito assim: 3 claras, junto aos poucos 400 gramas de açúcar de confeiteiro com suco de meio limão e uma colher (de sobremesa) de maizena.

Comendo tanta coisa gostosa toda sogra vira um anjo.

Mário Souto Maior é diretor do Centro de Estudos Folclóricos da Fundação Joaquim Nabuco. Endereço do autor para correspondência: Av. Getúlio Vargas, 963 — 53120 — Olinda PE.